



MARIA LUIZA FEISTAUER

**ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÕES ESCOLARES DE INTERESSE HISTÓRICO-
CULTURAL: ESTUDO SOBRE O COLÉGIO LA SALLE DORES (PORTO
ALEGRE, RS) E UNIVERSIDADE LA SALLE (CANOAS, RS)**

CANOAS, 2022

MARIA LUIZA FEISTAUER

**ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÕES ESCOLARES DE INTERESSE HISTÓRICO-
CULTURAL: ESTUDO SOBRE O COLÉGIO LA SALLE DORES (PORTO
ALEGRE, RS) E UNIVERSIDADE LA SALLE (CANOAS, RS)**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle – Unilasalle como requisito para a obtenção do título de Mestra em Memória Social e Bens Culturais – Linha de Pesquisa em Memória, Cultura e Identidade.

Orientação: Prof^ª Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin

CANOAS, 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F299a Feistauer, Maria Luiza.

Acessibilidade em edificações escolares de interesse histórico-cultural [manuscrito] : estudo sobre o Colégio La Salle Dores (Porto Alegre, RS) e Universidade La Salle (Canoas, RS) / Maria Luiza Feistauer. – 2022.

103 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2022.

“Orientação: Prof^a. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin”.

1. Arquitetura. 2. Acessibilidade. 3. Arquitetura escolar. 4. Patrimônio cultural. 5. Colégio La Salle Dores. 6. Universidade La Salle. I. Graebin, Cleusa Maria Gomes. II. Título.

CDU: 719:37

MARIA LUIZA FEISTAUER

**ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÕES ESCOLARES DE INTERESSE HISTÓRICO-
CULTURAL: ESTUDO SOBRE O COLÉGIO LA SALLE DORES (PORTO
ALEGRE, RS) E UNIVERSIDADE LA SALLE (CANOAS, RS)**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle – Unilasalle como requisito para a obtenção do título de Mestra em Memória Social e Bens Culturais – Linha de Pesquisa em Memória, Cultura e Identidade.

Aprovada pela banca examinadora em 19 de setembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Lucia Regina Lucas da Rosa
Universidade La Salle - UNILASSALLE

Prof. Dra. Rute Henrique da Silva Ferreira
Universidade La Salle - UNILASALLE

Profª. Dra. Mariluci Neis Carelli
Universidade da Região de Joinville

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a bênção da vida, pois diante de tempos muito difíceis de pandemia, tempos que acredito não imaginávamos em nossas vidas, aqui estou concluindo mais uma etapa em minha vida, e falando sobre um assunto que faz parte da caminhada e que tenho tanto amor e zelo.

Agradecer aos meus filhos, Marcelo e Henrique que são amor, propósito e inspiração para me encantar a cada dia, acreditar no meu potencial e seguir a caminhada me sentindo uma mulher forte e amada. Agradecer por tudo que eles me ensinam e pelo quanto me ajudaram para chegar até aqui. Meus filhos vocês são amor em minha vida!

Agradecer o amor dos meus netos, Bernardo e Giovana, que me inspiram e são fontes de vida em minha vida. Agradecer por este amor tão leve e doce. Certamente em muitos momentos difíceis desta trajetória, foram minha força para não desistir.

Agradecer às minhas sobrinhas, Cibele, Lívia, Mirele, e a minha nora Marta, mulheres dos novos tempos, que alçam voos para buscar seus sonhos e viver da forma que desejam e com maestria. Iluminam meu caminho com sua luz, lindas e cheias de vida. São inspiração e força!

Agradecer a minha família, que é uma família amorosa, em que todos torcem e celebram os momentos e vitórias de cada um, mas em especial às minhas manas, Stela, Maria de Lourdes e Maria Teresa, que são mulheres maravilhosas, guerreiras e que me mimam com seu amor e me inspiram na caminhada.

Agradecer aos professores maravilhosos que o Mestrado me apresentou, todos deixam uma marca de humildade, sabedoria e amor. Em especial a minha orientadora Prof. Cleusa Maria Gomes Graebin, pelo seu carinho, profissionalismo e dedicação para que aqui eu estivesse. Gratidão, vocês são inspiração!

Agradecer aos colegas, que mesmo distantes, sempre foram sorrisos, carinho e troca, muito mais que o aprendizado, a alegria e o apoio para que todos juntos conseguíssemos vencer esta etapa. Obrigada por tudo queridos colegas, muito obrigado!

Agradecer ao corpo administrativo do Programa de Pós Graduação pelo seu incansável apoio e dedicação.

Agradecer à Universidade La Salle, em especial, ao Ir. Cledes Antônio Casagrande pelo seu apoio, amizade e a oportunidade.

Muito obrigado!

A arquitetura não é apenas a visão e a criação do arquiteto, também é a visão de um povo e de uma sociedade. Tempo e espaço eternizados no concreto e na história, zelo e amor ao patrimônio e à memória [...] (BELAS MENSAGENS, 2021)

RESUMO

A presente investigação insere-se no campo de estudos em memória social, na linha de pesquisa em memória, cultura e identidade, relacionando os conceitos de patrimônio cultural, autenticidade, arquitetura escolar e acessibilidade. O campo empírico é formado pelas edificações do Colégio La Salle Dores e conjunto de prédios centenários da Universidade La Salle. Seu problema de pesquisa consiste na seguinte indagação: Como intervir, a partir do campo da arquitetura, em edificações escolares de interesse histórico-cultural, buscando atender às exigências da legislação vigente sobre acessibilidade, minimizando os impactos causados por alterações em seus ambientes e ou estruturas? O trabalho tem como objetivo geral: discutir sobre intervenções para a acessibilidade em edificações escolares centenárias; e como objetivos específicos: (a) analisar diretrizes para conservação, preservação e restauro (Carta de Veneza-1964) em edificações escolares de valor histórico e cultural, introduzindo um novo elemento, o de intervenções para acessibilidade; (b) organizar um ebook com imagens, informações e orientações sobre instalação de materiais para acessibilidade em edificações centenárias que são patrimônio ou de interesse cultural, de forma a gerar o menor impacto nestas edificações, zelando pelo patrimônio arquitetônico. Metodologicamente pretende-se trabalhar com o estudo dos projetos para atender a legislação referente à acessibilidade, como também, no diagnóstico das soluções adotadas, isto é, observar se nas soluções técnicas, foram consideradas as características arquitetônicas, materiais usados, arranjo estrutural e as peculiaridades do ambiente construído. Para tanto, foram realizados registros fotográficos, visitas aos locais e entrevistas com gestores envolvidos no processo.

Palavras-chave: acessibilidade; arquitetura escolar; Colégio La Salle Dores; patrimônio cultural; Universidade La Salle.

ABSTRACT

The following analysis is part of the field in social memory studies, in the line of research in memory, culture and identity, relating the concepts of cultural heritage, authenticity, school architecture and accessibility. The empirical field is formed by the buildings of *Colégio La Salle Dores* and a group of centenary buildings at the University La Salle. The research problem consists in the following question: How to intervene, from the field of architecture, in school buildings of historical and cultural interest, seeking to meet the requirements of current legislation on accessibility, minimizing the impacts caused by changes in their environments and/or structures? The work has the general objective: to discuss interventions for accessibility in centenary school buildings; and as specific objectives: (a) analyze guidelines for conservation, preservation and restoration (Venice Letter-1964) in school buildings of historical and cultural value, introducing a new element, that of interventions for accessibility; (b) organize an ebook with images, information and guidance on installing materials for accessibility in centuries-old buildings that are heritage or cultural interest, in order to generate the least impact on these buildings, taking care of the architectural heritage. Methodologically, it is intended to work with the study of projects to meet the legislation regarding accessibility, as well as diagnosis of the adopted solutions, meaning that, if in the technical solutions, the architectural characteristics, materials used, structural arrangement and the peculiarities of the environment were considered built. For this purpose, it will be taken, during site visits, photographic records, and interviews with managers involved in the process.

Keywords: accessibility; cultural heritage; school architecture; Colégio La Salle Dores; University La Salle.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área de Interesse Cultural e Ambiência Cultural - Anexo 3.6. PDDUA / 2010	17
Figura 2 - Desenho da fachada do Colégio Nossa Senhora das Dores	18
Figura 3 - Construção do Prédio do Colégio La Salle Dores (Década de 1910)	18
Figura 4 - Vista aérea da fachada posterior Colégio La Salle Dores	19
Figura 5 - Vista da fachada interna do Colégio La Salle Dores, construída em 1940 e revitalizada na década de 2010	20
Figura 6 - Colégio La Salle Dores. Vista da fachada revitalizada na década de 2010	21
Figura 7 - Zonas Especiais de Interesse Cultural (ZEIC) – Anexo 8.10 - Folha 139 do PDU/2015	23
Figura 8 - Primeiro prédio do Instituto São José (Década de 1910) Atual Prédio 5 da Universidade La Salle	24
Figura 9 - Instituto São José - atual Prédio 5, da Universidade La Salle	25
Figura 10 - Vista aérea do Campus da Universidade La Salle. Nota-se à esquerda o atual Prédio 5 - Prédio Centenário de interesse histórico (Década de 1910)	26
Figura 11 - Vista aérea do Campus da Universidade La Salle. À direita o conjunto de prédios centenários de interesse histórico cultural (Década de 2010)	27
Figura 12 - Croqui das edificações construídas para o Instituto São José (Década de 1910). Prédios que atualmente são usados pela Universidade La Salle	29
Figura 13 - Piso podotátil direcional e de alerta	53
Figura 14 - Piso podotátil vinílico instalado	53
Figura 15 - Piso podotátil vinílico em diversas cores	54
Figura 16 - Circulação com revestimento em granitina nas paredes e ladrilho hidráulico no piso	56
Figura 17 - Escadaria com revestimento em granitina verde	57
Figura 18 - Mural em mosaico colorido executado pelo Professor Mário Cimon, na época irmão lassalista. Data da década de 1960, conforme informação do artista	58
Figura 19 - Rampa de acesso do pátio principal para a cantina em piso antiderrapante	58
Figura 20 - Sanitário Acessível - Equipamentos de apoio ao vaso sanitário	59

Figura 21 - Instalação de elevador para acessibilidade no deslocamento às salas de aula do 1º andar	59
Figura 22 - Instalação de elevador para acessibilidade no deslocamento às salas de aula do 2º andar	60
Figura 23 - Rampa no desnível da circulação para a sala de aula em piso de granitina. Prédio Centenário de Interesse Cultural da década de 1910	60
Figura 24 - Escadarias com seus materiais de revestimento preservados em granitina colorida, detalhes para as faixas antiderrapantes do degrau	61
Figura 25 - Rampa de acesso em madeira com fitas adesivas antiderrapantes e corrimão de apoio. Patrimônio preservado desde a sua concepção arquitetônica....	61
Figura 26 - Rampa de acesso na circulação com corrimãos de apoio	62
Figura 27 - Rampa de acesso ao Laboratório de Informática em piso vinílico e faixas adesivas antiderrapantes	62
Figura 28 - Projeto de Acessibilidade – Campus Geral.....	64
Figura 29 - Projeto de Acessibilidade – Prédios 7, 8 e 9.....	65
Figura 30 - Projeto de Acessibilidade – Prédios 7, 8 e 9.....	65
Figura 31 - Projeto de Acessibilidade – Prédios 7, 8 e 9.....	66
Figura 32 - Projeto de Acessibilidade – Prédios 7, 8 e 9.....	66
Figura 33 - Projeto de Acessibilidade – Prédios 4, 5 e 6.....	67
Figura 34 - Projeto de Acessibilidade – Prédios 4, 5 e 6.....	67
Figura 35 - Projeto de Acessibilidade – Prédios 5 e 6.....	68
Figura 36 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre ladrilho hidráulico no saguão 8 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural.....	74
Figura 37 - Acesso ao Campus pelo “Túnel Verde”, antes da inserção do piso podotátil cimentício para acessibilidade.....	74
Figura 38 - Acesso ao Campus pelo “Túnel Verde”, com execução da inserção do piso podotátil cimentício para acessibilidade	75
Figura 39 - Execução de inserção do piso podotátil cimentício no encaminhamento para a Rua 15 de janeiro, acesso aos Prédios do Lado B do Campus	75
Figura 40 - Acesso ao Campus pelo “Túnel Verde”, com execução da inserção do piso podotátil cimentício para acessibilidade, na intersecção dos prédios 5, 6, 8 e Biblioteca	76
Figura 41 - Prédio 5 – Primeiro Prédio do Campus, construído em 1910, antes da inserção de piso podotátil nas áreas externa e interna da edificação	76

Figura 42 - Prédio 5 e 6 – Primeiro Prédio do Campus, construído em 1910, após inserção de piso podotátil cimentício na área externa da edificação.....	77
Figura 43 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre ladrilho hidráulico na circulação do Prédio 4 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural	77
Figura 44 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre ladrilho hidráulico na circulação do Prédio 4 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural	78
Figura 45 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre piso de revestimento de granitina e inserção de rampa metálica em alumínio antiderrapante e corrimão na circulação do Prédio 5 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural	78
Figura 46 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre ladrilho hidráulico no saguão do prédio 8 da Universidade La Salle – Inserção de elevador - Prédio Centenário de Interesse Cultural	79
Figura 47 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre revestimento de basalto no saguão e passadiço do prédio 5 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural.....	79
Figura 48 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre ladrilho hidráulico no saguão do prédio 8 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural.....	80
Figura 49 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre ladrilho hidráulico no saguão do prédio 8 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural.....	80
Figura 50 - Inserção do piso podotátil cimentício em bloco cimentício intertravado na passarela de ligação entre os prédios do Campus da Universidade La Salle	81
Figura 51 - Inserção do piso podotátil vinílico na área coberta lateral ao Salão de Atos, Prédio 8 e Prédio 10.....	81
Figura 52 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre piso de revestimento de granitina e inserção de rampa metálica em alumínio antiderrapante e corrimãos na circulação do Prédio 5 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural.....	82
Figura 53 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre piso de revestimento de granitina e inserção de rampa metálica em alumínio antiderrapante e corrimãos na circulação do Prédio 5 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural.....	82
Figura 54 - Capa do ebook.....	86
Figura 55 - Página interna do ebook com ilustrações	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Legislação para acessibilidade no Brasil 2000 – 2020.....	42
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABNT	– Associação Brasileira de Normas Técnicas
ART	– Artigo
CD	– Conselho Deliberativo
EAD	– Educação a Distância
IPHAN	– Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural
FNDE	– Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
NBR	– Norma Brasileira
ONU	– Organização das Nações Unidas
PAR	– Plano de Ações Articuladas
PDDUA	– Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
PDE	– Plano de Desenvolvimento da Educação
PDUA	– Plano Diretor Urbano e Ambiental
PPCI	– Plano de Proteção Contra Incêndio
ZEIC	– Zona Especial de Interesse Cultural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Prédios escolares centenários da Rede La Salle: um ensaio visual	15
1.1.1 Colégio La Salle Dores.....	15
1.1.2 Universidade La Salle Canoas	22
1.2 Problema e objetivos	30
1.2.1 Objetivo geral	31
1.2.2 Objetivos específicos.....	32
2 REVISÃO CONCEITUAL E ESTADO DA ARTE.....	34
2.1 Patrimônio Cultural e Zeladoria	34
2.2 Memória e Patrimônio	38
2.3 Acessibilidade no Brasil – Educação - Legislação	40
2.4 Arquitetura escolar	44
2.5 Acessibilidade Espacial.....	46
3 METODOLOGIA	50
3.1 Etapas da Pesquisa.....	50
3.1.1 Pesquisa bibliográfica.....	50
3.1.2 Pesquisa documental	50
3.1.3 Pesquisa em Campo	51
3.1.4 Análise dos dados	51
4 ACESSIBILIDADE NO COLÉGIO LA SALLE DORES E NA UNIVERSIDADE LA SALLE	52
4.1 Colégio La Salle Dores.....	54
4.2 Universidade La Salle - UNILASALLE.....	63
5 PRODUTO FINAL.....	84
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS.....	91
GLOSSÁRIO.....	95
APÊNDICE A– Entrevista com gestores da Universidade La Salle - Unilasalle - Canoas	97
APENDICE B – Segue entrevista da Sra. Tatiane Carvalho Bregão, coordenadora do NAE, núcleo de atendimento ao acadêmico.....	101

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se no campo de estudos em memória social, relacionando patrimônio cultural, arquitetura escolar e acessibilidade em edificações tombadas ou de interesse histórico-cultural, ou seja, inseridas em áreas urbanas dadas como de interesse de preservação, formando conjunto com outros “[...] elementos urbanísticos catalizadores ou articuladores, assim como a existência de unidade histórica e morfológica do tecido urbano [...]” (BRASIL, 2005, p. 17).

Seu objeto são projetos e/ ou ações de intervenção, visando à acessibilidade em edificações da Rede La Salle¹: o Colégio La Salle Dores (Porto Alegre, RS), fundado em 1907 e o conjunto de seis prédios da Universidade La Salle (Canoas, RS), que inicialmente abrigou o Instituto São José (criado em 1908) e seu sucedâneo Colégio La Salle Canoas, destinados, ainda, a funções educacionais. Esta tem sua origem na proposta educativa de São João Batista de La Salle, sacerdote francês (1651 -1719) que, renunciando aos privilégios da sua condição de nobre, dedicou-se à criação de escolas para crianças das classes menos favorecidas na França. Desse país, as escolas se multiplicaram pelos continentes, formando rede de escolas e de instituições de ensino superior.

Tanto em Porto Alegre, quanto em Canoas, as edificações são consideradas pela administração pública, conforme zoneamento, como localizadas em área especial de interesse cultural e ambiência cultural (Plano Diretor Urbano e Ambiental de Canoas – PDUA, 2015 e PDDUA de Porto Alegre – PDDUA, 2010).

Seu produto final é um ebook que descreve, como tratar a acessibilidade em edificações escolares tombadas, inventariadas ou em processo de inserção no rol de bens culturais, atendendo profissionais das áreas de arquitetura e engenharia civil, assim como o público em geral, trazendo normas, conceitos, materiais e o seu emprego construtivo, de forma a gerar o menor impacto possível nas edificações, orientando a sua preservação, enquanto patrimônio cultural tombado ou de interesse cultural.

Para melhor compreensão do recorte espacial da pesquisa, na sequência,

¹ A Rede La Salle faz parte da Província La Salle Brasil-Chile, formada pelo Brasil e pelo Chile. Além disso, mantém uma missão especial instalada em Moçambique, país africano, que atende mais de 3.000 estudantes em três Comunidades Educativas. Na Província Brasil-Chile, mais de 150 Irmãos Lassalistas seguem empenhados na Missão Educativa Lassalista. (REDE LA SALLE – PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL-CHILE, 2015)

apresento um ensaio visual, a fim de contextualizar os prédios históricos anteriormente citados, ainda utilizados para aulas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino fundamental e Médio) e Ensino Superior (Cursos presenciais e polos EAD).

1.1 Prédios escolares centenários da Rede La Salle: um ensaio visual

As imagens fazem parte dos acervos do Museu Histórico La Salle e do Arquivo da Província La Salle Brasil-Chile², aqui empregadas como fontes de informação e como vestígios de aspectos do espaço-tempo das edificações em estudo. De acordo com Candau (2015), fotografias e outros objetos facilitam a comunicação entre as pessoas, fazem-nas lembrar de acontecimentos, relacionamentos e experiências. Ele os chama de sociotransmissores, explicando que contém em si cargas afetivas, tendo poder de evocação e que, para alguns, são prolongamentos de si mesmos.

1.1.1 Colégio La Salle Dores

Em 1908, um grupo de religiosos do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs chegou ao Brasil, vindos da França, para abrir escolas, por convite da Arquidiocese de Porto Alegre. Em 2 de fevereiro de 1908, fundaram uma escola primária para meninos, o Colégio Nossa Senhora das Dores. Em 27 de fevereiro de 1909, o estabelecimento transferiu-se para um imóvel maior, situado na rua Riachuelo, 136, atual número 800. Passou por obras, foi acrescido de anexações posteriores, vindo a constituir o atual prédio do Colégio La Salle Dores. Conforme pode-se observar nas figuras 2, 3, 4, 5 e 6.

Cabe informar que sua fachada foi desenhada pelo Irmão - Júlio Jules Jean Baptiste François Baldeyrou - na década de 1910, religioso e educador lassalista, que aportou no Brasil em 1907, iniciando sua trajetória dedicando-se aos órfãos do Orfanato Pão dos Pobres de Santo Antônio, em Porto Alegre.

O Colégio La Salle Dores, por seu valor arquitetônico e por ser um espaço de

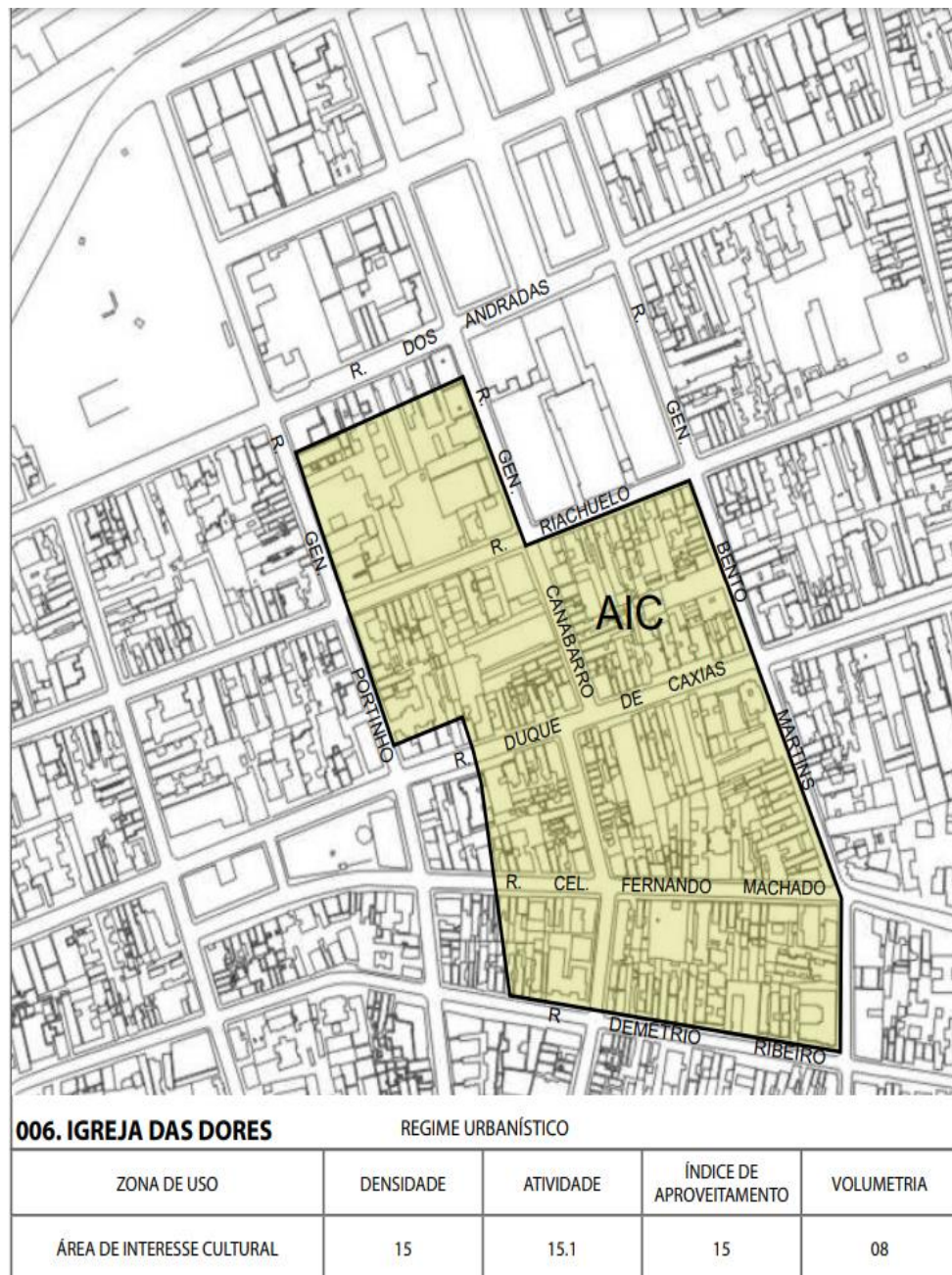
² A Rede La Salle faz parte da Província La Salle Brasil-Chile, formada pelo Brasil e pelo Chile. Além disso, mantém uma missão especial instalada em Moçambique, país africano, que atende mais de 3.000 estudantes em três Comunidades Educativas. Na Província Brasil-Chile, mais de 150 Irmãos Lassalistas seguem empenhados na Missão Educativa Lassalista. (REDE LA SALLE – PROVÍNCIA LA SALLE BRASIL-CHILE, 2015)

memória, que segundo Pollak (1989), diz que entre outros, o espaço é constituinte da construção de memórias dos indivíduos que vivenciaram estes lugares, acontecimentos, mesmo sem estarem diretamente envolvidos, mas que foram afetados por eles. Ainda, da mesma forma, Seemann (p. 44, 2002-2003), nos fala que, “embora a memória seja basicamente um processo interno, a sua projeção não se realiza em um vazio: a memória precisa de espaço para ser ativada e estimulada”. Neste sentido, pensando no Colégio La Salle Dores, trata-se de um lugar concreto, onde acontecem eventos, fatos históricos até as práticas cotidianas, e que termina nos servindo como um referencial espacial para a memória.

É de grande relevância reforçar e esclarecer sobre a questão da importância do Colégio La Salle Dores, agregar valor histórico e cultural, por estar junto a outros prédios, compondo com estes o Centro Histórico da cidade de Porto Alegre, sendo esta área de interesse cultural, de ambiência cultural e valor histórico da cidade.

Este valor está relacionado ao fato de que se encontra na área definida como Centro Histórico pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre – PDDUA, segundo o regime urbanístico, como Área de Interesse e Ambiência Cultural. É uma das áreas urbanizadas mais antigas da cidade, possuindo um foco vital por ser zona da governança municipal e estadual, onde se concentram comércio, bancos, museus e centros culturais. É um espaço com construções inventariadas, tombadas e de interesse cultural. Hoje, considerando o valor que esta região do chamado Centro Histórico possui para a cidade de Porto Alegre, tornou-se alvo de muitos projetos para conservação, restauro e revitalização. Apresento imagem (Figura 1), do mapeamento da zona onde encontra-se o Colégio La Salle Dores, conforme PDDUA.

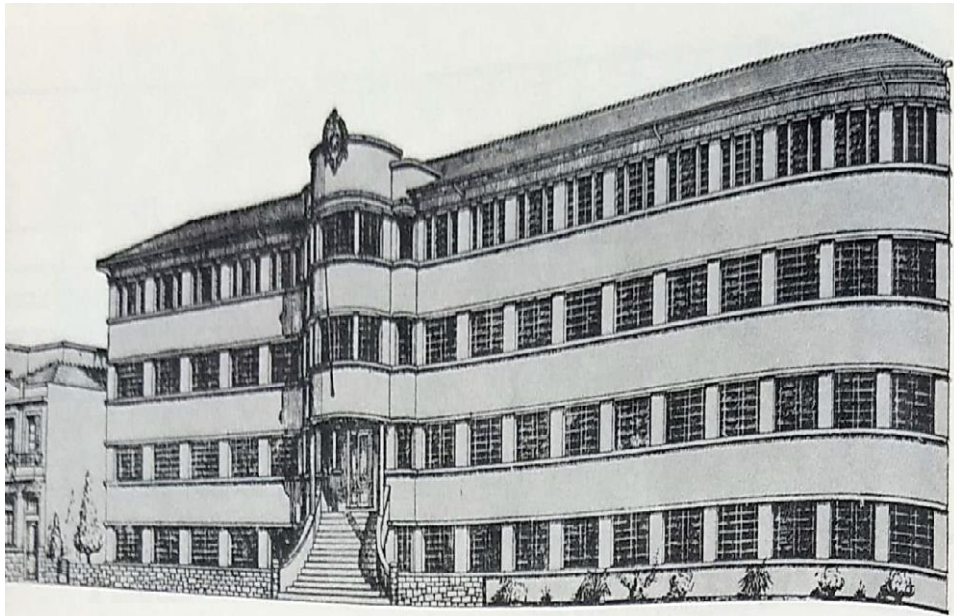
Figura 1 - Área de Interesse Cultural e Ambiente Cultural - Anexo 3.6. PDDUA / 2010



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2010)

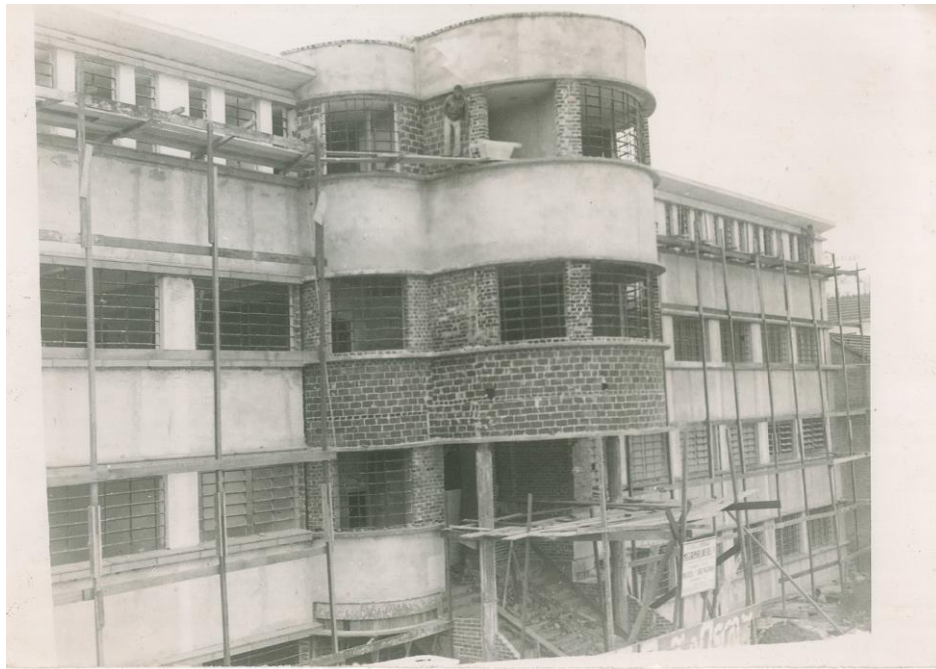
A seguir apresento sequência de imagens (Figuras 2,3,4,5 e 6)) relativas ao Colégio La Salle Dore.

Figura 2 - Desenho da fachada do Colégio Nossa Senhora das Dores
(Atual Colégio La Salle Dores) - Década de 1910



Fonte: Acervo do Arquivo da Província La Salle Brasil – Chile

Figura 3 - Construção do Prédio do Colégio La Salle Dores (Década de 1910)



Fonte: Acervo do Arquivo da Província La Salle Brasil – Chile

Figura 4 - Vista aérea da fachada posterior Colégio La Salle Dores



Fonte: Acervo do Arquivo da Província La Salle Brasil – Chile

Figura 5 - Vista da fachada interna do Colégio La Salle Dores, construída em 1940 e revitalizada na década de 2010



Fonte: Autoria Própria (2021).

Figura 6 - Colégio La Salle Dores. Vista da fachada revitalizada na década de 2010



Fonte: Acervo do Museu Histórico La Salle

A fachada do Colégio La Salle Dores se diferencia das demais escolas lassalistas, as quais foram projetadas em estilo arquitetônico eclético e neoclássico³, por ter uma proposta arquitetônica com traços, linhas e detalhes peculiares influenciados pela arte déco⁴ (Figura 6). Conforme colocado, a fachada foi desenhada pelo Irmão Júlio - Jules Jean Baptiste François Baldeyro. – Porém o projeto para ampliação do Colégio em meados de 1930, que se materializou no Ginásio Nossa Senhora das Dores, foi projetado pelo Arq. José Lutzenberger⁵, que naquele momento estava a frente dos projetos das escolas lassalistas.

³ “Estilo eclético e neoclássico de arquitetura surgiu a partir de um movimento europeu de mesmo nome que ocorreu no final do século XVIII, se sobrepondo ao estilo barroco e rococó, e era reconhecido pela classe dominante da época como representação de poder e influência.” (TERRASSE, 2019)

⁴ O estilo art déco iniciou em 1910 e teve seu apogeu nas décadas de 1920 e 1930 na Europa, “influenciando – além da arquitetura – o cinema, moda, design de interiores, design gráfico, escultura, pintura, entre outras vertentes artísticas”. (ARCHDAILY, 2019)

⁵ Joseph Franz Seraph Lutzenberger (Altötting, 13 de janeiro de 1882 — Porto Alegre, 2 de agosto de 1951), também conhecido como José Lutzenberger Pai, foi um artista plástico, arquiteto e professor teuto-brasileiro que emigrou para o Brasil em 1920. (Galart/2017)

1.1.2 Universidade La Salle Canoas

A Universidade La Salle é uma Instituição de ensino superior comunitária com seu campus localizado no município de Canoas. Foi fundada em 2 de agosto de 1972, passando a ocupar as edificações do Instituto São José, depois Colégio La Salle Canoas. Este iniciou suas atividades em 4 de março de 1908 como escola que abrigava internato e aulas para alunos externos.

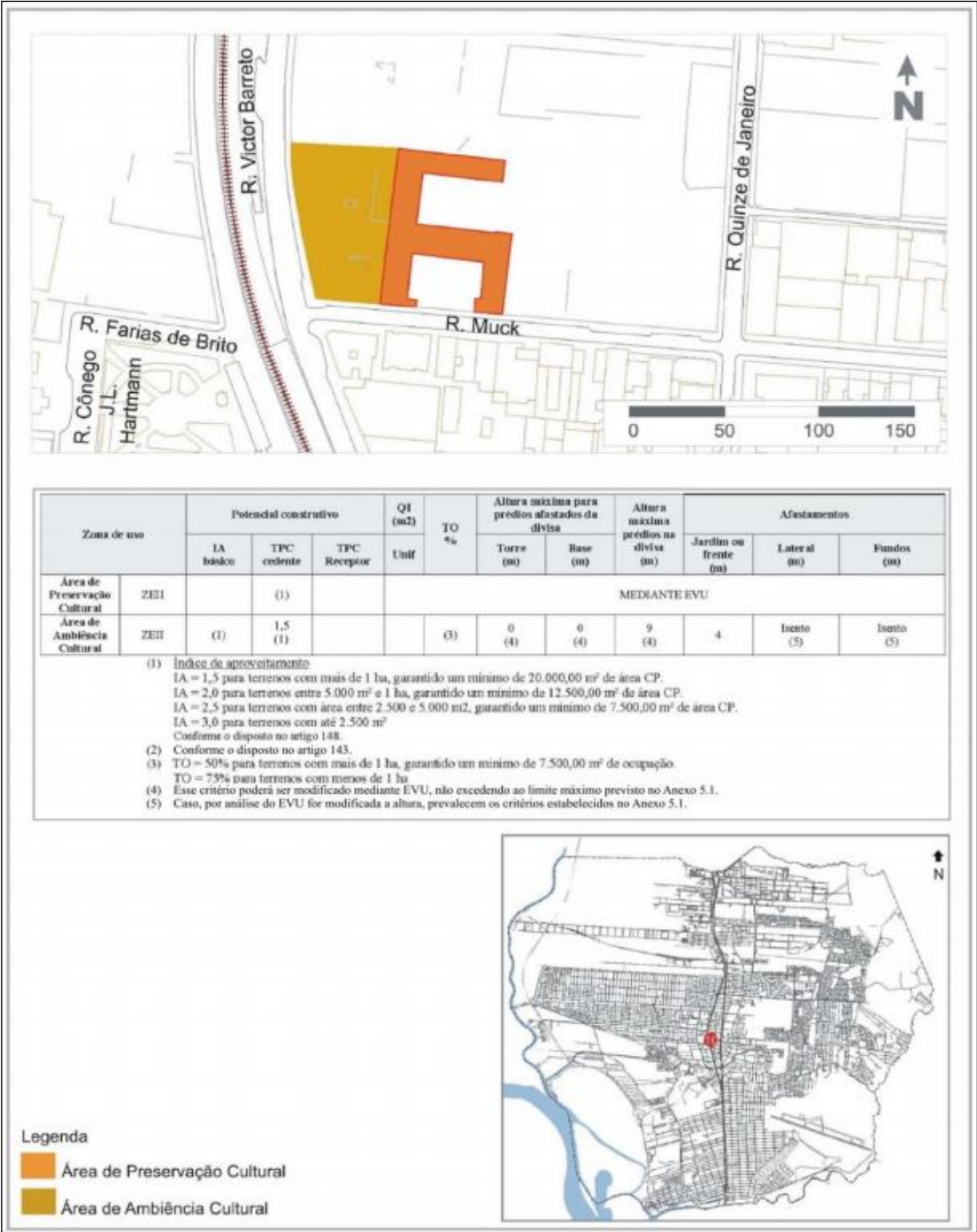
A Universidade La Salle está diretamente ligada com a história de Canoas, conta com uma vasta área arborizada de Mata Atlântica preservada e possui amplas instalações estruturadas em mais de 54 mil m² de área. Hoje conta com cursos de graduação, pós-graduação lato e stricto sensu, extensão, projetos com o setor privado e governo, que atendem às demandas da comunidade e do mercado.

Fazem parte deste estudo, o conjunto de seis prédios centenários do campus, considerados como de interesse histórico-cultural⁶ para a congregação religiosa e para a comunidade canoense.

O campus da Universidade La Salle, assim como as edificações aqui em estudo, conforme o Plano Diretor Urbano e Ambiental do município (PDUA), está localizado em Área de Preservação Cultural, assim como de Ambiência Cultural, evidenciando então, serem inventariadas ou de interesse histórico-cultural e de preservação, pois são referência à identidade e à memória da comunidade, como podemos observar na sequência de imagens (Figuras 7, 8, 9, 10 e 11) que seguem.

⁶ Conforme Plano Diretor Urbano e Ambiental de Canoas - PDUA – Lei nº 5.961 de 11/12/2015 – Art., Cap. II, do Programa de Qualificação Cultural, que delimita e define as áreas de interesse, preservação e ambiência cultural da Cidade de Canoas. De acordo com o anexo 8.10, o campus da Universidade La Salle, assim como as edificações estão em Zonas Especiais de Interesse Cultural (ZEIC). <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-canoas-rs>

Figura 7 - Zonas Especiais de Interesse Cultural (ZEIC) – Anexo 8.10 - Folha 139 do PDUA/2015



Fonte: Prefeitura Municipal de Canoas (2015)

Figura 8 - Primeiro prédio do Instituto São José (Década de 1910) Atual Prédio 5 da Universidade La Salle



Fonte: Acervo do Museu Histórico La Salle.

Figura 9 - Instituto São José - atual Prédio 5, da Universidade La Salle
(Década de 1910)



Fonte: Acervo do Museu Histórico La Salle.

Figura 10 - Vista aérea do Campus da Universidade La Salle. Nota-se à esquerda o atual Prédio 5 - Prédio Centenário de interesse histórico (Década de 1910)



Fonte: Autoria Própria - 2020

Figura 11 - Vista aérea do Campus da Universidade La Salle. À direita o conjunto de prédios centenários de interesse histórico cultural (Década de 2010)



Fonte: Site da Universidade La Salle

A partir deste ensaio visual, apresentei vestígios das edificações das duas instituições de ensino da Rede La Salle, construídas para abrigarem atividades de ensino. A escolha destas duas instituições lassalistas é por se tratar de seus prédios centenários, com valor histórico e de interesse cultural, e de que o Colégio La Salle Dores, é a primeira escola lassalista no Brasil e a Universidade La Salle, além das questões históricas, pela vivência e desempenho profissional da pesquisadora. Estas edificações nos remetem a um passado, mas também para a sua continuidade no tempo e no espaço, ajustando-se a novas exigências para a arquitetura escolar, notadamente visando à acessibilidade de pessoas com deficiências.

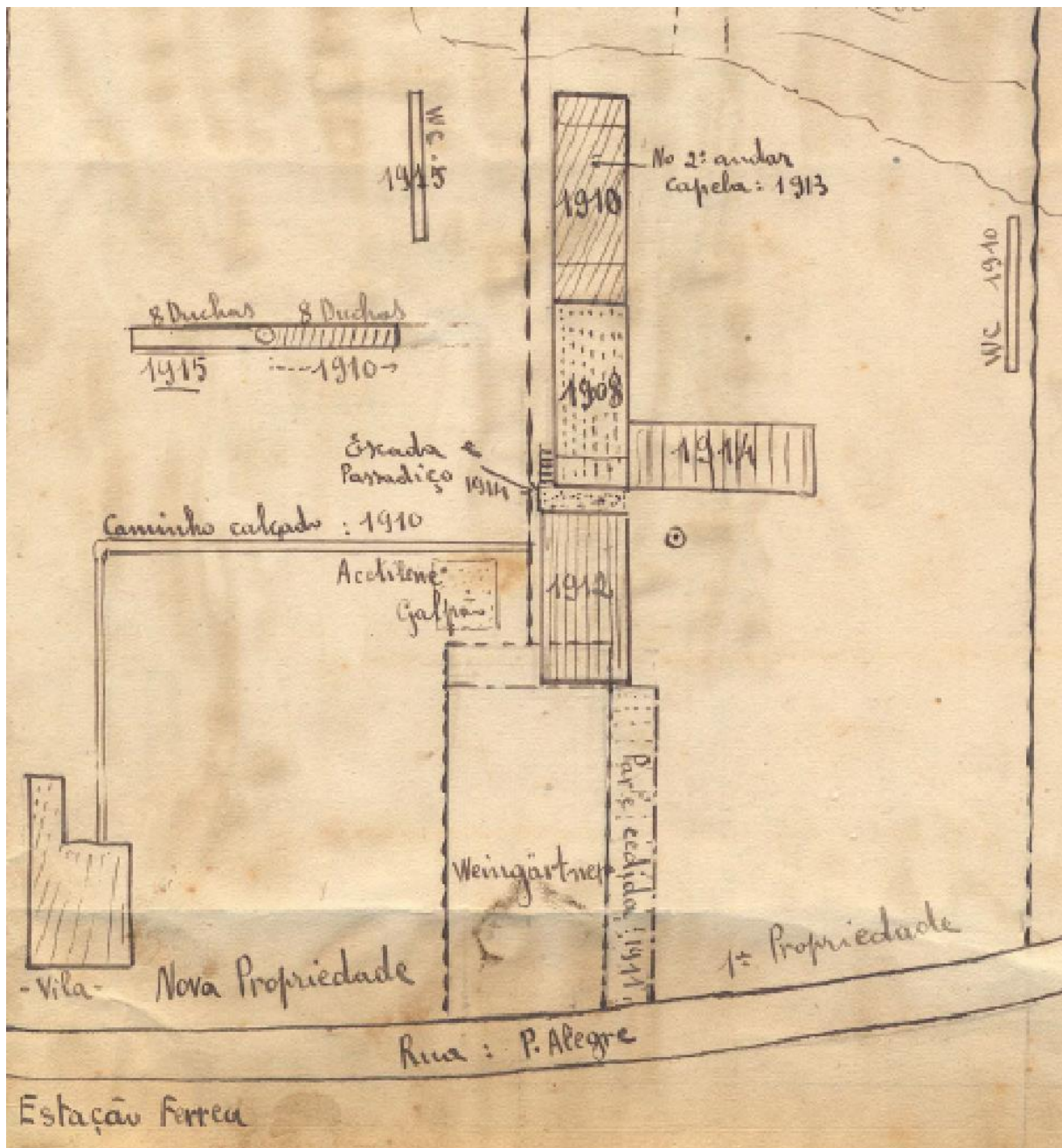
De acordo com Bencostta e Braga (2011, p. 53), “[...] é de fundamental importância compreendermos a arquitetura escolar enquanto expressão de um tipo singular de linguagem que absorve de seus interlocutores, arquitetos, educadores, médicos, alunos e professores – representações espaciais”.

Neste sentido, o edifício representa as leituras que se faziam da educação, das escolas e de seu lugar no espaço urbano e rural. No Brasil recém-republicano, organizando seu sistema de ensino, a construção de prédios escolares englobava as ideias higiênicas e pedagógicas, fundamentadas em preceitos higienistas, com o

propósito de evitar que se alastrassem, entre as crianças, determinadas doenças comuns na época, como a febre amarela, tifo, varíola e tuberculose. Com o objetivo de impedir a propagação destas doenças transmissíveis, surge em 1934, a Constituição de 1934, art. 138, versando sobre hábitos de higiene. Como o sistema era organizado dando poderes aos estados para legislar a respeito, houve a priorização para a construção de edificações dedicadas especificamente para fins escolares, com áreas para circulação, recreio, exercícios ginásticos, trabalhos manuais, entre outros, nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Os projetos de arquitetura para as escolas, normalmente traziam fachadas e materiais requintados, suntuosos, edificações que deveriam perpetuar pelos tempos, e que realmente aconteceu, como verdadeiros palácios, que para alguns eram considerados palácios do saber. Sendo assim, os prédios escolares destacavam-se nos espaços urbanos da cidade, com suntuosidade, com características arquitetônicas ecléticas, como frontões, colunas e ornatos decorativos. Os prédios das escolas lassalistas aqui citadas seguiram esses padrões. Na Figura 12, apresento um croqui da edificação dos primeiros prédios construídos para o então Instituto São José.

Figura 12 - Croqui das edificações construídas para o Instituto São José (Década de 1910). Prédios que atualmente são usados pela Universidade La Salle.



Fonte: Livro Memorial 1908 – 1949. Acervo do Museu Histórico La Salle

Uma vez apresentados os objetos da pesquisa, passo a discorrer sobre seu problema e objetivos.

1.2 Problema e objetivos

A partir do ensaio visual, indico as edificações centenárias da Rede La Salle, às quais formulei o problema da pesquisa, ou seja: Como intervir, a partir do campo da arquitetura, em edificações escolares de interesse histórico-cultural, buscando atender às exigências da legislação vigente sobre acessibilidade, minimizando os impactos causados por alterações em seus ambientes e ou estruturas?

Estas questões estão diretamente relacionadas com minha caminhada profissional como arquiteta, desempenhada durante 20 anos na Rede La Salle, especificamente, no Colégio La Salle Canoas e na Universidade La Salle, com assessoria e, também, em obras e regularizações em outras escolas da Rede. Também, fui professora no Colégio La Salle Canoas, totalizando 30 anos de trabalho na instituição. Durante este tempo foram necessárias muitas alterações e intervenções na estrutura arquitetônica do Campus da universidade, tanto nas edificações existentes, como nas áreas de acesso e espaços abertos.

Trata-se de trabalho complexo inserir a acessibilidade nestas edificações, datadas das primeiras décadas do século XX, com detalhes arquitetônicos rebuscados, materiais que já nem encontramos mais no mercado e com valor histórico e estético, que as transformam em monumentos a céu aberto.

Como arquiteta, sempre considerei um desafio, o zelo na conservação destes prédios. A questão não é simplesmente atender a legislação: trata-se de, também, preservar o patrimônio edificado, tendo os prédios como sócio transmissores.

É importante salientar que a política de leitura e entendimento das produções culturais da humanidade, na perspectiva da zeladoria do patrimônio, visa a consciência cultural, a apropriação e a perpetuação dos valores e da inclusão social. A zeladoria prima pelo cuidado e a qualificação dos bens culturais, com um olhar para a conservação do patrimônio cultural e histórico. Segundo Sarasá (2014), a zeladoria “consiste em olhar, perceber, meditar e implementar ações simples de conservação, arraigadas em uma política de preservação patrimonial efetiva”.

Ainda, é preciso reconhecer a arquitetura escolar como testemunho de um contexto histórico, pois traz nas construções vestígios de políticas para a educação e para a compreensão do que se entendia sobre ensino. É de suma importância levar isto em conta para a inserção de novos materiais e devidas reformas nesses prédios.

O conceito de valor histórico é um atributo para o reconhecimento de uma

edificação como patrimônio cultural. Também, junto a este, podem ser acrescentados outros como o estético, econômico, utilitário e afetivo que circulam para além do aspecto material, incorrendo no campo do patrimônio imaterial por seus aspectos simbólicos e por seus significados. Assim, ao trabalhar com intervenção, é necessário identificar o que predomina, ou seja, seu valor histórico, estético e artístico ou os dois e a partir daí, apoiando-se em conceitos como o da autenticidade (Carta de Veneza-1964; Carta de Nara-1994; e Carta de Brasília-1995), agir sobre ele.

Durante muitos anos as edificações escolares eram consideradas como sólidas e quase se poderia dizer, imutáveis. Passavam os anos e tanto os prédios como o próprio modelo de mobiliário escolar permaneciam os mesmos, por sua qualidade e solidez. Porém, a modernidade foi chegando às escolas também e, junto a isto, um modelo arquitetônico diferenciado, quando se saiu das cores neutras, como o cinza e bege, e passou-se a usar cores mais quentes, alegres e maior preocupação com o conforto em detrimento à durabilidade. Tomo a liberdade de colocar aqui, pela minha trajetória e experiência profissional, que se trata de um modelo no qual, muitas vezes, os shoppings são referência.

Muito se deve a isto, o fato de que houve uma integração das escolas e universidades para além dos muros destas, fazendo uma conexão com a comunidade local, agregando a estes espaços, além do estudo, o bem viver. Nesta caminhada e com as mudanças, houve um novo posicionamento da legislação com relação à inclusão e, um dos quesitos foi a acessibilidade. Em meus projetos sempre houve esta preocupação, porém em 2014, com o rigor da legislação e certificações, iniciou-se um trabalho intenso e efetivo no Campus da Universidade La Salle, para atender às normas vigentes.

Uma vez discutido o problema, proponho como objetivos da pesquisa, os que seguem:

1.2.1 Objetivo geral

Discutir sobre intervenções para a acessibilidade em edificações escolares centenárias.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar diretrizes para conservação, preservação e restauro (Carta de Veneza-1964) em edificações escolares de valor histórico-cultural, introduzindo um novo elemento, o de intervenções para acessibilidade.
- b) Organizar um ebook com imagens, informações e orientações sobre instalação de materiais para acessibilidade em edificações centenárias que são patrimônio ou de interesse histórico-cultural, de forma a gerar o menor impacto nestas edificações, zelando pelo patrimônio arquitetônico.

O rigor das exigências legais e o aumento do interesse em relação à acessibilidade, além do crescente movimento tanto social quanto legal no que tange à inclusão, traz dúvidas ou preocupações por parte de Engenheiros e Arquitetos que se deparam com possíveis projetos ou reformas dentro de prédios centenários, tombados ou considerados com valor histórico e cultural que necessitem manter a sua identidade visual.

Sendo assim, acredito que o presente trabalho atenderá, de forma satisfatória, este grupo de profissionais que enfrentam esses dilemas e necessitam de um guia, além de restauradores, redes escolares, público em geral e até mesmo empreendedores que visualizem, em algum investimento histórico, maneiras de agregar valor ao seu prédio, acabando por impactar na esfera legal de adaptação para acessibilidade, e para qualquer profissional que desejar ter em suas mãos um auxílio por meio de imagens e indicações de materiais que irá guiá-lo no seu trabalho ou a um projeto, buscando, acima de tudo, a inclusão e democratização dos espaços históricos, visando a sua conservação.

A pesquisa está inscrita na Linha de Pesquisa em Memória, Cultura e Identidade, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, a qual se debruça, entre outros temas, na preservação do patrimônio cultural, zelando por aquilo que seja suporte de memórias, caso da arquitetura escolar, cujas edificações centenárias ainda estão dedicadas às suas funções primeiras, constituindo-se como vestígios de memória, das vozes, das histórias e de experiências de quem por ali passou. Como refere Maurice Halbwachs (1990, p. 26), “jamais nos lembramos sozinhos”, e na fala de Aleida Assmann em entrevista na Universidade de Konstanz em 2013, na Alemanha, em relação à memória social,

a memória surge, assim, como um artifício para proteger o passado contra a ação corrosiva do tempo e para dar subsídios para que os indivíduos entendam o mundo e saibam o que esperar, para que não tenham que inventar a roda e começar do zero a cada geração.

A aplicação da legislação de acessibilidade atualmente tem se deparado com diversas dificuldades, como a intervenção em edificações históricas, construídas no passado e hoje protegidas por órgãos de preservação e que, com o passar dos anos, receberam novos usos. Tanto a preservação destes bens imóveis quanto sua adequação aos parâmetros técnicos de acessibilidade são de fundamental importância, pois muitas dessas edificações abrigam, hoje, serviços públicos e atividades culturais, como prefeituras, museus e teatros que devem permitir o acesso, em condições de igualdade, a todas as pessoas.

2 REVISÃO CONCEITUAL E ESTADO DA ARTE

Neste capítulo, teço reflexões sobre conceitos e autores que fundamentaram a pesquisa, bem como sobre o estado da arte das investigações sobre acessibilidade em edificações consideradas como patrimônio cultural.

2.1 Patrimônio Cultural e Zeladoria

Para melhor entendimento, trago o significado da palavra patrimônio, que provém de pater, com origem no latim e que significa pai. O patrimônio entende-se que é o que o pai deixa para o filho, transmitido como herança ou legado. Posto este, o patrimônio cultural remete à riqueza simbólica e tecnológica desenvolvida pela sociedade. Pensando no conceito e patrimônio como herança, venho aos objetos do meu estudo, os prédios centenários escolares, que trazem toda uma carga de memória, de identidade, e sentimentos afetivos, que sim, são como uma herança que passa de geração em geração, e que perdura, com o passar dos anos, ao longo desta existência, em espaços onde a educação acontece, em meio a estilos de arquitetura, trazendo a perenidade destas construções, aos sentidos e aos significados que são construídos pelas pessoas, pelos eventos e acontecimentos que vão ocorrendo no decorrer destes cento e tantos anos.

Não há como falar destes prédios, e não se emocionar ao pensar em tudo o que envolve estas edificações, em sua proposta arquitetônica, mas em toda a questão que vai além destes tijolos e materiais edificáveis, mas como memória que são, que se tornam, quando eles perpassam a questão material e evocam identidade, a história, memória afetiva, vestígios de memória, através do sentimento de pertencimento às pessoas, à comunidade onde estão inseridos, como patrimônio cultural.

O patrimônio cultural de um povo, com base no que trata o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), retrata tudo o que envolve os conhecimentos e realizações de uma comunidade, através dos saberes, fazeres, das manifestações populares, das tradições, que tornam-se reconhecidos de forma material ou imaterial, remetendo à memória, à história e identidade reconhecidos pela importância histórica e cultural da comunidade.

Ainda sobre Patrimônio Cultural, o IPHAN, no ano de 2010, trouxe que se constituem como patrimônio cultural brasileiro, “os bens de natureza material e

imaterial, individual ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, como as formas de expressão, de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico e culturais, também os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, tanto paisagístico, quanto artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.(IPHAN,2010)

Quando falamos em patrimônio, se torna importante trazer a questão do patrimônio material protegido, e para tal, uso como referência o IPHAN, quando coloca que ele “compreende um conjunto de bens culturais, que são o arqueológico, o paisagístico, etnográfico, o histórico, as belas artes e as artes aplicadas” (IPHAN,2010).

Logo, a Constituição Federal, trata o patrimônio cultural, tanto bens de natureza material como imaterial, e as formas de preservação deste. Para estas formas de preservação temos o Tombamento, o Registro e o Inventário, conforme Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937(BRASIL. Constituição Federal,1937). Trata-se de grande relevância e importância, pois reforça e protege este patrimônio, as edificações, a proteção das paisagens e os conjuntos históricos urbanos.

Ao refletir sobre estas questões, principalmente quanto a proteger o patrimônio, e meu objeto de pesquisa, penso na importância de termos esta legislação a fim de salvaguardar estas edificações escolares, que por sua existência já fazem parte da paisagem urbana das comunidades onde estão inseridas, como parte do conjunto urbano local. Normalmente estas escolas com seus prédios de arquitetura suntuosa, estilos marcantes, estão inseridas no centro urbano das cidades onde iniciaram a formação, como no caso das instituições lassalistas, que nasceram no centro da cidade de Canoas e de Porto Alegre.

Penso ser importante trazer, que para os bens tombados de natureza material, que podem ser imóveis, museus, cidades históricas, assim como sítios arqueológicos e paisagísticos, encontramos muitas referências e até mesmo orientações sobre, porém para a arquitetura escolar como patrimônio, conservação e a zeladoria, não temos quase referências e orientações.

Com relação ao patrimônio cultural, este vai além de um bem cultural ou natural, trata-se de um bem reconhecido por pessoas de uma localidade, por uma comunidade, uma região ou um país, por seu significado, memória e valor, e ao ser

protegido por ser tombado ou de interesse cultural, deve sim ser preservado como bem e usufruto de todos.

Já na preservação do patrimônio, temos documentos utilizados para salvaguardar o patrimônio, como o resultante da primeira conferência internacional sobre preservação de monumentos, que ocorreu em Atenas, em outubro de 1931, resultando na Carta de Atenas (IPHAN, Cartas Patrimoniais/Carta de Atenas,1931). Esta carta trata sobre a determinação de que se deve, em alguns conjuntos, preservar particularmente as perspectivas pitorescas destes. Em novembro de 1933 ocorreu a segunda conferência internacional, também em Atenas, quando ficou definido que os valores arquitetônicos deveriam ser salvaguardados, fossem eles edifícios isolados ou conjuntos urbanos. Segundo esta Carta:

A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão bem vivas. Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnies, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil.(IPHAN/Cartas Patrimoniais/Carta de Atenas,1933)

Após em maio de 1964, a Carta de Veneza foi o primeiro instrumento internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, que trata a conservação dos monumentos por sua funcionalidade e importância para a sociedade, de forma que a preservação zele pela não alteração da forma, disposição ou seja, a arquitetura dos edifícios (IPHAN, Carta de Veneza, 1964). Seguindo, temos o Compromisso de Brasília de abril de 1970, cuja recomendação é de que se dê preferência às casas de cultura ou de atividades culturais que possuem valor histórico e artístico e que esta proteção e conservação seja de responsabilidade do poder público (IPHAN, Compromisso de Brasília,1970). Aqui trago a questão de adaptar estas edificações de forma que se tornem o mais acessível possível, zelando para que não percam sua forma e estilo arquitetônico, gerando assim o menor impacto possível a este patrimônio seja ele de interesse cultural ou tombado.

Quanto à preservação e zeladoria do patrimônio cultural, tanto tombado ou de interesse cultural ou em vias de tombamento, percebo ao longo dos anos de exercício

profissional, a falta de um olhar para a sua conservação e manutenção. Vejo muito a preocupação em restaurar, com custos altíssimos, que muitas vezes tornam inviável a restauração, passíveis de não atender às características dos materiais arquitetônicos empregados, reforçando o olhar da conservação e preservação, em detrimento ao da zeladoria que tem um olhar de salvaguarda do patrimônio.

De acordo com o especialista em zeladoria patrimonial, conservador e restaurador Antonio Sarasá⁷, “a política de leitura e entendimento das produções culturais da humanidade, na perspectiva da Zeladoria do Patrimônio, busca o despertar da consciência cultural, da apropriação e perpetuação dos valores e da inclusão social” (SARASÁ, 2001), que vai ao encontro da minha pesquisa e posicionamento profissional, na verdade além, pois tange ao sentimento de zelo e carinho por este patrimônio, aqui no caso destas edificações escolares, que além de centenárias, são edificações belíssimas, verdadeiros monumentos a céu aberto, entre a massa urbana que cresceu em seu entorno, que tem valor agregado e significado de memória às comunidades locais.

Com base na questão da zeladoria, por Sarasá, para ser um zelador patrimonial, é necessária que se conheça sobre conservação, conhecimentos de história da arte, arquitetura, algumas técnicas construtivas, para ser possível interpretar plantas técnicas e desenhos, assim como ter conhecimento de materiais e identificar danos e patologias construtivas. Também é importante ter noções de segurança do trabalho. A partir disso, o profissional terá condições de executar estudos que, com ações afetivas, salvaguardará o complexo histórico.

Aqui trago os anos todos de dedicação e zelo aos prédios do Campus da Universidade La Salle, protegendo a fim de salvaguardar não somente o patrimônio material, a arquitetura, mas muito mais que isto, salvaguardar a história e a memória por estes anos todos de existência.

Sendo assim, este profissional que está habilitado com conhecimento no campo da preservação, terá uma nova função profissional, que é a de zelador patrimonial, que com ações simples e efetivas, terá a condição de perpetuar grandes legados, seu patrimônio e valor para além da sua materialidade. A zeladoria, mais do que olhar e reparo, é o cuidado que se tem, constante e permanente, por aquilo que é significativo para um grupo, comunidade e sociedade, pelo sentimento de pertença como um dos

⁷ Antonio Sarasá, administrador, conservador e restaurador, especialista em zeladoria do patrimônio. (ESTÚDIO SARASÁ, 2014)

elementos da construção de identidade. Me identifico neste olhar de zelo com o patrimônio, na fala de Antonio Sarasá: “a restauração, que é o processo curativo, não é completamente compreendida se não houver a zeladoria: é essencial o olhar de zelo, carinho, amor e pertencimento ao patrimônio”. (SARASÁ, 2015).

Neste sentido, percebo que o zelo é primordial porque, em qualquer situação, ele é a garantia de autenticidade e, assim, pode-se prevenir a deterioração, com a diminuição de ações de restauração propriamente dita.

2.2 Memória e Patrimônio

Ao olhar para as relações entre memória, patrimônio e a questão da edificação escolar centenária de interesse histórico-cultural, percebo que é um patrimônio que se mantém vivo, pois continuam a ser utilizados com o mesmo fim a que se destinaram na sua origem.

No caso específico dos objetos de minha pesquisa, o prédio do Colégio La Salle Dores e o conjunto de edificações da Universidade La Salle, estes são suportes de memória, quando estabelecidos a partir das referências e lembranças próprias das pessoas e grupos, que por ali passaram e passam, quando por eles caminhamos e observamos os detalhes arquitetônicos que ainda conservam, como um lugar de memória, como ressalta o conceito de Nora:

Um lugar de memória, em todos os sentidos da palavra, pode variar desde o objeto mais material e concreto, localizado geograficamente, até o objeto mais abstrato e intelectualmente construído. Pode, portanto, ser um monumento, uma personagem, um museu, um arquivo, ou mesmo um símbolo, um lema, um evento ou uma instituição. No entanto, um objeto só constitui um lugar de memória a partir do momento em que “escapa do esquecimento e uma comunidade o reinveste com seus afetos e suas emoções, referenciando-se assim a uma história coletiva. (NORA, 1993, p. 7)

Há conjuntos de lembranças, individuais e coletivas, de um tempo que passou, principalmente em se tratando de experiências ali vividas, o que produz sentimentos de pertencimento a aquele lugar. Manter estes espaços de memória, para que possamos rememorar o passado, construir o presente e projetar o futuro.

Pollak diz que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, que leva ao reconhecimento de si, do outro e de um grupo social” (POLLAK, 1992, p. 204). Nesse olhar, percebo que a construção de memória sobre

uma escola, termina colaborando e influenciando na construção da identidade dos alunos. As lembranças do passado, fotografias, o cheiro, a música são vetores de memória. Penso então que, quando se trata das edificações escolares centenárias, ela mesma é vestígio de um passado que ainda vive na lembrança de quem por ali viveu, correu, brincou, aprendeu, e pelos que ainda vivem correndo, brincando, estudando, desfrutando o bem viver, nas mesmas salas de aula, corredores cobertos de granitina, ladrilho hidráulico e imagens deste patrimônio.

Preservar o patrimônio e a memória, zelar e preservar as edificações escolares centenárias, patrimônio de interesse histórico-cultural, é essencial na construção da memória coletiva.

Ao tratar de arte, estado da arte, patrimônio artístico e ou patrimônio cultural sinto a necessidade de constante e insistente indagação sobre a quem pertence o passado, quem são os donos do passado e se existe um único conhecimento histórico verdadeiro. Podemos dizer que o patrimônio pode ser compreendido como parte do meio ambiente em que o homem se encontra, vive, nesse processo de construção, usualmente chamado de cultural. Com o passar do tempo foram se revelando diferentes sentidos e valores em relação ao que nomeamos como patrimônio, tanto histórico, artístico, cultural, edificado, entre outros.

Para preservar, ou melhor saber o que preservar, precisamos estabelecer valores e estratégias de proteção e conservação. O valor histórico vem carregado de múltiplos sentidos, é um dos mais identificados no processo de valor e significado ao patrimônio. Para estas definições, fazem parte especialistas do patrimônio, historiadores, arquitetos, museólogos, restauradores e agentes da sociedade. Estas ações de preservação sobre estes bens são muito significativas para a memória social, pois geram um sentimento de pertença, afetivo, tanto físico, como sensorial entre o hoje e o passado.

Alöis Riegl, historiador austríaco, foi um destes especialistas do patrimônio e como historiador da arte, trouxe para a reflexão e fundamentação teórica as questões do valor histórico, a importância de seu uso nas ações de preservação ao patrimônio através da análise dos monumentos históricos. Deixa como grande legado, seu livro “O Culto Moderno dos Monumentos”, que trata das análises dos monumentos históricos e as formas de apreensão por uma sociedade. (“DER MODERN DENKMALKUTUS”, 1903).

Riegl dedicou-se ao estudo da preservação, conservação e restauração, ele foi o primeiro a definir os valores histórico e artístico e a introduzir novas nomenclaturas de monumentos. Dizer que um edifício, monumento ou bens artísticos tem valor histórico, ou seja, que é um patrimônio, se equivale a dizer que este é importante e, portanto, digno de ser preservado.

Para avaliarmos um bem como patrimônio histórico, artístico ou cultural, temos que medir sua autenticidade. Segundo o IPHAN, o teste de autenticidade, era interpretado a partir de uma perspectiva européia, em especial no que se refere aos monumentos arquitetônicos, que significava dizer que os bens possuíam autenticidade do ponto de vista somente material e físico, porém não temos como falar em autenticidade sem associar a uma percepção e valores de um determinado bem cultural, sejam eles de natureza tangível ou intangível.

O IPHAN, nos coloca, que ao tratarmos de uma construção cultural, não podemos compreender ou definir a autenticidade, com questões preestabelecidas, pois estará ligada ao todo, ao contexto, a um determinado momento e lugar. Ainda segundo o IPHAN, quanto às normativas sobre a conservação, a primeira vez que foi citado o termo autenticidade, foi no preâmbulo da carta de Veneza, documento este resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, que foi redigida em 1964:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade. (CARTA DE VENEZA, PREÂMBULO, grifo nosso)

No contexto, temos ainda a reflexão de Jokilehto que define autenticidade, no âmbito da conservação do patrimônio cultural, como sendo “uma medida da integralidade da verdade acerca da unidade interna inerente ao processo criativo e à realização física da obra, e os efeitos de sua passagem através do tempo” (1996, p. 71).

2.3 Acessibilidade no Brasil – Educação - Legislação

Durante os anos de 2003 a 2006, o Ministério da Educação, apoiou projetos de

adequação arquitetônica para promoção de acessibilidade propostos pelas secretarias de educação e aprovados pela Secretaria de Educação Especial.

No ano de 2007, foi instituído o Programa Escola Acessível, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), por meio do Decreto nº 6.094/2007.

Em 2008, o Programa Escola Acessível, passou a fazer parte do PDE, com a criação do Compromisso Todos Pela Educação e do Plano de Ações Articuladas (PAR), e com isto os recursos financeiros foram transferidos para acessibilidade, diretamente para as unidades executoras das escolas.

Com a Resolução CD/FNDE nº 10/2010, no ano de 2010, sob a égide da Resolução CD/FNDE nº 3/2010, o Programa Escola Acessível atendeu as escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais e distrital, contemplando abertura de matrículas para alunos especiais em classes regulares.

Quanto aos dispositivos Legais para a Promoção de Acessibilidade, em 1948, foi estabelecido o marco inicial que garantia o direito à cidadania de todas as pessoas com a promulgação da 'Declaração Universal dos Direitos Humanos' pela Organização das Nações Unidas (ONU). A partir disso, diferentes esforços foram iniciados mundialmente para garantir o direito igualitário a todas as pessoas.

Em 1975, foi criada pela ONU, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e, em 1982, o Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência. Este ano acabou sendo referido como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes.

No Brasil, em 1988 a Constituição Federal Brasileira decretou que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988, p.1), mas somente em 1989 foi ratificado através da Lei nº 7.853 o direito à possibilidade de integração das pessoas com limitações na cidade, a partir da eliminação de barreiras de acesso às ruas.

No Rio Grande do Sul, estado onde estão inseridos meu estudo, a sua Constituição, em 1989, em seu Art. 195 estabelece que os logradouros e edifícios públicos deverão ser adaptados para permitir o livre acesso aos deficientes físicos (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1989).

Considerando esta posição, ainda assim percebo que a grande parte dos museus, teatros e órgãos públicos estão instalados em edifícios que fazem parte do

patrimônio cultural, tornando-se difícil as intervenções para que seja acessível.

De grande importância nesta questão da acessibilidade, é a NBR 9050, de 2004, que foi desenvolvida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e que “estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados tanto no projeto, construção, instalação e na adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos para atender às condições de acessibilidade”.

Em 2004, a NBR 9050 foi atualizada, com objetivo de contemplar os bens tombados, a fim de que os projetos de adaptação para acessibilidade nestes bens, cumpram as determinações, porém “[...] atendendo aos critérios específicos a serem aprovados pelos órgãos do patrimônio histórico e cultural competentes” (NBR, 2004, p. 9). Ainda assim, quanto aos bens tombados, a norma ainda é pouco específica em relação às soluções de projetos para adaptar esse tipo de edificação, ou seja, a questão das inserções respeitando a arquitetura destas edificações, enquanto patrimônio tombado ou de interesse cultural.

Na sequência, trago no Quadro 1, uma súmula da legislação sobre acessibilidade no Brasil.

Quadro 1 - Legislação para acessibilidade no Brasil 2000 – 2020

Legislação e Normatização para Acessibilidade	
Lei 10.098 de 2000	Possui como principal objetivo ditar as normas e critérios básicos para que a Acessibilidade seja promovida à todas as pessoas que possuam alguma deficiência ou condição especial, sendo indiferente seu tipo (visual, locomotora, auditiva etc.)
Decreto nº 5.296 de 2004	A construção, ampliação ou reforma de edifícios de uso público e de uso coletivo devem atender aos preceitos de acessibilidade”. Considera-se acessibilidade “a condição para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” (Art. 2º da Lei nº10.098/2000)”. Aplica-se aos prédios que são patrimônio cultural tombado ou de interesse cultural.
Lei 13.146 de 2015	Lei que instituiu a Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que se coloca no objetivo de; “Assegurar e a

	promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
NBR 9050/2020	Todos os parâmetros para projeto e instalação de todos esses recursos devem ser orientados e atendidos de acordo com as normas técnicas emitidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). A principal norma que delimita critérios e parâmetros para dimensionamento, fabricação, aplicação, manutenção e uso de tecnologia de comunicação para pessoas com deficiência. Trata sobre Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. 4ª edição.

Fonte: Autoria própria (2022).

Nota: com base nas informações das seguintes obras:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 03 ago. 2020. 4ª ed.

MANUAL DO PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2012.

Com base nas instruções normativas do IPHAN, quando trata da acessibilidade aos bens culturais imóveis, tendo como base a Lei Federal 10.098/2000 e a NBR9050 da ABNT, estabelece e orienta para soluções adotadas para a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais, com zelo pela sua preservação, assegurando condições de acesso, de trânsito, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens e a compreensão de seus acervos para todos, zelando pela harmonia.

Ao ler estas normativas do IPHAN, visualizo minha vida profissional, zelando e protegendo pelas edificações centenárias em que trabalhei, buscando projetos de inserção para acessibilidade e a preocupação em manter a arquitetura original ainda existente. Acredito que cada caso seja um caso, com os devidos cuidados e zelos nestas intervenções. É importante que antes de qualquer intervenção seja feito um estudo para que sejam tomadas as melhores decisões e projetos. Segundo normativa do IPHAN, “[...] os estudos devem resultar em abordagem global da edificação e prever intervenções ou adaptações que atendam às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em suas diferentes necessidades [...]” (IPHAN, 2003, p. 5).

É importante que se tenha a preocupação com a inclusão social nos bens culturais, assim como o zelo pela sua estrutura e pela cultura local.

2.4 Arquitetura escolar

A arquitetura em sua forma ampla é utilizada pela humanidade desde o decorrer da história para inúmeras finalidades, como produção artística, estética, poder, segurança, entre tantas outras. Porém, quando olho para a arquitetura escolar percebo e identifico muitas e diferentes possibilidades, com a finalidade de atender no projeto arquitetônico destas escolas, funções como ambientação, convivência, segurança, estética, vigilância, poder, controle e padronização.

O que faz uma escola ser construída de uma forma ou de outra, são visões e características dos momentos pelos quais passou a sociedade, norteadas por desejos consolidados em projetos e normas. De acordo com reflexão de Drago e Paraizo (1999), a arquitetura é capaz de participar da educação tão ativamente quanto qualquer outro elemento, ela age através das sensações. O padrão de sala de aula imutável cristaliza a imutabilidade de conceitos. A ordenação racionalista do espaço das carteiras estabelece uma igualdade, onde supostamente cada um desses indivíduos receberá a mesma educação. Ao mesmo tempo em que exerce a função de abrigar a dinâmica do ensino, a escola constitui-se num símbolo do estado ou das elites, polo disseminador da cultura adotada como oficial.

Desde que o ensino básico se tornou obrigatório no Brasil (CONSTITUIÇÃO IMPERIAL DE 1824), a imagem arquitetônica da escola pública sempre foi objeto de divulgação política do poder instituído junto à população. Nos governos populistas⁸ esta aproximação fez-se mais forte, embasada por grandes projetos pedagógicos que se refletiam na arquitetura como programa e propaganda, ao mesmo tempo, utilizavam-na como símbolo.

O papel que as instituições escolares desempenham e seguem desempenhando, nos processos de socialização dos sujeitos, na formação, reprodução, são determinantes na transformação de concepções de espaço e de

⁸ Populismo “é um termo utilizado na Ciência Política para explicar práticas associadas a governantes da América Latina durante boa parte do século XX. No caso do Brasil, essa palavra é utilizada para se referir, principalmente, o período da nossa história que se estendeu de 1930 a 1964”. Governo populista, está relacionado a regimes e governantes que adotam um discurso e usam seu carisma voltado para as massas, para o povo. (<https://mundoeducacao.uol.com.br/politica/populismo.htm>)

tempo, uma construção social, uma invenção que se transforma e se diverge historicamente e culturalmente no interior de uma mesma sociedade. As formas como vivemos e percebemos o tempo, são categorias de espaço temporais, são diferentes e desiguais entre sociedades, grupos sociais e ou familiares, entre indivíduos e ou com o mesmo indivíduo em idades diferentes.

Pensar como a escola foi construída, a divisão dos seus espaços, suas dimensões, mudanças físicas do projeto original são questões para as quais busco respostas de meus questionamentos e acredito contribuir para melhoria da escola, porque já se sabe que o espaço não é irrelevante e precisamos ler nas entrelinhas para desvendar o que se encontra oculto (ESCOLANO, 1998).

Penso que se discute muitos temas sobre as condições do espaço escolar, no sentido de melhoria e contribuições. Acredito que estas reflexões sobre estas questões, pois o espaço escolar é o lugar onde tudo acontece, além da questão da escola enquanto arquitetura deste espaço, também contribui para a qualidade da educação.

Assim como, refletir sobre se o espaço escolar é utilizado por todos que cotidianamente estão na escola, se ele está em condições para a aprendizagem, objetivo maior, se está contemplando o bem-estar das pessoas, considerando que, a qualidade na educação está diretamente relacionada com as condições propícias de vivência e de utilização. Penso que, boas cadeiras, salas arejadas, bem iluminadas, certamente contribuem, assim como a forma que o indivíduo se apropria deste e se sente neste espaço escolar é fundamental para a aprendizagem. É de vital importância que ele veja e reconheça a escola, além de um lugar para adquirir conhecimento, mas também tenha com relação à escola, ao espaço escolar, um sentimento de pertença, que crie laços, que reconheça a escola como se ela fosse sua.

Ver e perceber a escola como um espaço que está em constante mudança, olhando por dois lados, e considerando, o lado que define a organização da instituição, e o outro dos alunos, professores e funcionários que criam por suas próprias idéias e atitudes, transformando a escola, em um cenário dinâmico que se constrói diariamente. Nas palavras de Frago e Escolano (1998, p. 75): "o espaço não é neutro. Ele sempre educa".

2.5 Acessibilidade Espacial

A seguir, vou tratar sobre a acessibilidade, a aplicabilidade da lei de acessibilidade e os consequentes desafios e impactos para o ambiente escolar, tanto na educação básica como na educação superior, no que trata sobre a preservação da estrutura arquitetônica existente nestas edificações. Todas as pessoas, entre as quais se incluem as que possuem algum tipo de deficiência, têm direito ao acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho. Essas áreas contribuem para a inserção social, desenvolvimento de uma vida saudável e de uma sociedade inclusiva. No Brasil a acessibilidade foi regulamentada em etapas, conforme vemos pela legislação. Iniciou pela Constituição Federal em 1988 e teve o último decreto em 2004, que foi o Decreto Federal 5.296/2004, onde ocorreram revisões técnicas sobre a mobilidade e mobiliário urbano, com a última revisão em 2015.

A Lei de Acessibilidade foi um marco para que tivéssemos avanços e adequações nos espaços urbanos, públicos e privados, pois anteriormente as barreiras existentes dificultavam a mobilidade e locomoção dos usuários quanto ao acesso e consequentemente inclusão social. Para termos uma referencial desta situação, no censo de 2010, pelos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45 milhões de brasileiros tinham alguma deficiência, seja para se movimentar, ouvir ou mental.

Como minha pesquisa trata sobre acessibilidade nas edificações, no caso, escolares e privadas, além do mobiliário, espaços e equipamentos, é condição maior ao trazer o assunto, verificar as necessidades existentes e buscar as devidas adequações. O significado da palavra acessibilidade por si só, conforme dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, significa a condição de ser acessível ou ainda facilitar o acesso a alguma coisa.

Conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através da Norma Brasileira (NBR), a acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. (NBR 9050, 2004, p. 2)

Através do decreto 5.296/2004, a Lei de Acessibilidade contempla e define como pessoas portadoras de deficiência, as que possuem limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades. As deficiências enquadradas são, deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e pessoas obesas em função

das necessidades especiais, quando se fala em acessibilidade.

Já para a NBR 9050, temos as seguintes definições quanto à acessibilidade, que é “a possibilidade e a condição para uso com segurança e autonomia, dos espaços, equipamentos, mobiliário, edificações, transportes, comunicação, tanto na cidade como na zona rural”. (NBR 9050, 2004), e que é acessível, quando o meio e o que envolve pode ser acessado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa. Já o adaptável, quando podemos interferir de alguma forma e alterar para que se torne acessível. Enquanto, o adaptado, é o que de alguma forma sofreu as interferências no existente para que se torne acessível e o adequado, é quando planejamos e projetamos para serem acessíveis.

Para Dischinger;

[...] a acessibilidade espacial é a possibilidade de compreensão da função, da organização e das relações espaciais que o ambiente estabelece, e a participação das atividades que ali ocorrem, fazendo uso dos equipamentos disponíveis com segurança e autonomia. (2004, apud OLIVEIRA, 2006, p. 44).

Quando se fala em espaços acessíveis, é comum pensar que são aqueles em que uma pessoa que utiliza cadeira de rodas possa entrar e circular, porém vai muito além da deficiência físico motora, tais como as deficiências visual, auditiva e cognitiva, que exigem outras adequações espaciais. Outra questão é a de que todos, em algum momento, podem ter alguma restrição em sua mobilidade ou desempenho das atividades, seja quando sofremos algum acidente, idosos, crianças, obesos, entre outros. Para compreender um pouco mais sobre, precisamos ter o entendimento que este espaço por onde a pessoa circulará, se movimentará, com a devida orientação espacial, de forma que saiba para onde ir, o que fazer naquele local, será possível com propostas arquitetônicas e de sinalização adequados, onde o usuário, sinta-se seguro para movimentar-se e chegar ao seu destino.

Os deficientes visuais são os usuários que mais apresentam problemas de orientação espacial. Uma das propostas é o uso de piso podotátil, que é objeto de estudo da minha pesquisa enquanto acessibilidade. Este piso auxilia um deficiente visual e dá condições de saber o caminho a ser percorrido e reconhecer a existência de obstáculos no seu entorno. Isso facilita e assegura sua orientação e, como consequência, seu deslocamento seguro e independente.

Quando falamos em deslocamento, em acessibilidade, é a possibilidade de

deslocar-se de forma independente ao longo de percursos verticais e horizontais, sem obstáculos, confortáveis e seguros. As pessoas mais prejudicadas com a ausência destes percursos são os deficientes físicos, principalmente os que utilizam cadeira de rodas, muletas, andadores ou tem alguma deficiência nos membros inferiores. Para atender esta acessibilidade, as rampas e elevadores auxiliam no deslocamento.

Para contextualizar, com a questão da arquitetura escolar e/ou universitária, é imprescindível que os equipamentos sejam acessíveis a todos, de forma que possuam orientação quanto ao seu funcionamento e sejam de fácil uso, pois crianças podem ter dificuldades de alcance; deficientes cognitivos e visuais, de compreensão do funcionamento, e pessoas que utilizam cadeiras de rodas, de aproximação, como por exemplo em bancadas, mesas, equipamentos sanitários, entre outros.

Já os deficientes auditivos são os que mais apresentam dificuldades de comunicação, por falta da presença de intérpretes de libras nestes ambientes. No caso das escolas e universidades é imprescindível que se tenha este tipo de comunicação e atendimento.

Para que se diga que um local é acessível, todos esses componentes espaciais devem ser atendidos e observados, a pessoa ou no caso da escola, os alunos e comunidade educativa, devem movimentar-se e interagir de forma segura e independente, com os demais e poder participar de atividades, para que se sinta incluído e respeitado em suas diferenças. É comum pensar que uma pessoa com deficiência não seja eficiente, comparando com o que chamamos de “normal”, e assim dificultando suas funções seja no estudo, lazer ou trabalho. Para tal, é importante e imprescindível pensar em projeto de ambientes e equipamentos, sem barreiras, obstáculos para inclusão de todos.

No Brasil, é necessário dar atenção aos portadores de necessidades especiais, em especial a escola como prioridade em receber o público de forma respeitosa e adequada às suas necessidades, porque compromete desde o deslocamento em todos os ambientes até a sala de aula onde ocorre a maior exclusão social da pessoa, são muitas barreiras, temos ainda escadas, rampas, espaços e ergonomia que não atendem a legislação.

Os profissionais, em especial, arquitetos e engenheiros devem prestar atenção ao cumprimento deste requisito básico nas obras e buscar assessoramento de profissionais capacitados na área. De acordo, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualmente há 6.5 milhões de brasileiros que possuem

deficiência visual severa. Destes, 506 mil perderam totalmente a visão e 6 milhões têm grande dificuldade para enxergar (IBGE, 2010). É importante trazer que, este tema também deve ser abordado nas escolas públicas, com ações efetivas do governo, como política pública e programas efetivos para inclusão.

3 METODOLOGIA

Para a condução da minha pesquisa quanto aos objetivos, é uma pesquisa exploratória, que envolveu levantamentos documentais e bibliográficos, entrevistas com duas pessoas experientes nas questões e problemas pesquisados. Após a aproximação com o problema passei a uma pesquisa descritiva. Além de análise de documentos de arquivos, legislações e projetos. Quanto aos procedimentos técnicos, consistiu no estudo de dois objetos, de maneira que permitiu amplo e detalhado conhecimento sobre o tema da pesquisa.

3.1 Etapas da Pesquisa

3.1.1 Pesquisa bibliográfica

Consistiu na busca e catalogação de informações pertinentes, legislação vigente, projetos e imagens, fazendo fichamentos de publicações científicas que se relacionam com a temática da pesquisa, atinentes à memória social, memória cultural e patrimônio cultural do objeto de estudo que são as edificações de ensino. Trata-se de materiais para embasamento teórico para o meu trabalho e de exemplos para a formação do meu produto final.

3.1.2 Pesquisa documental

Consistiu na reunião de documentação e imagens sobre o processo de implantação e execução dos projetos de acessibilidade, contemplando as legislações atuais e seu impacto na arquitetura e nos materiais de acabamento existentes destes prédios edificados, a fim de serem catalogadas e fazer parte do Catálogo e Tutorial. Tive como fontes, documentos arquivados no Arquivo Central da Mantenedora da Província La Salle na cidade de Porto Alegre, onde estão arquivados os projetos dos Prédios e demais documentos como fotos, alvarás e até mesmo rabiscos ou raves feitos pelos Irmãos Lassalistas que pensaram estas obras de tanta robustez e detalhamentos arquitetônicos. Como vejo, prédios que foram sonhados e projetados com a intenção de perpetuar a história das vidas das pessoas que por ali passaram e ainda passam, memórias e recordações que ficam nestas paredes, ambientes e

espaços, que se tornaram patrimônio. Também busquei fontes no Museu e Arquivo Histórico La Salle, da Universidade La Salle em Canoas e em projetos de acessibilidade que foram executados a fim de adequar conforme legislação e estão arquivados no Arquivo Central da Universidade La Salle, e por fim, possíveis acervos pessoais de pessoas a serem contatadas para colaborarem com a pesquisa.

3.1.3 Pesquisa em Campo

O campo foi realizado a partir da inspeção destes prédios edificadas, através de fotos e análise destes materiais, em como ficaram hoje após a intervenção para atender a legislação de acessibilidade, o quanto foram impactados em sua estrutura arquitetônica e o tipo de material utilizado para as intervenções. Realizei a pesquisa com dois gestores, no caso os Irmãos Lassalistas que têm proximidade com mudanças que foram ocorrendo nestes prédios centenários, para relatarem suas experiências e também trajetórias de vida e um gestor, cuja gestão está relacionada diretamente com a questão. Assim, puderam narrar sobre sua própria experiência ou aquela contada por outros. O interesse está naquilo que é lembrado, pois encontramos nestas memórias na maioria das vezes muito mais valor do que encontramos em um papel ou arquivo do projeto em si. Comecei pela Universidade La Salle, por ser na verdade a minha experiência desta trajetória de implantação do projeto para acessibilidade, que iniciamos em 2004 e de forma efetiva em 2014 com as novas certificações. Logo passei para o levantamento no Colégio La Salle Dores, com um dos prédios centenários mais belos dentre as escolas da Rede La Salle, aos meus olhos de arquiteta.

3.1.4 Análise dos dados

Tanto os documentos, bibliografia e testemunhos orais foram submetidos a tratamentos de acordo com a sua especificidade. Para os testemunhos orais, utilizei a análise interpretativa, que envolve a reconstrução do horizonte das experiências vividas. As imagens, projetos físicos e riscos foram utilizados para demonstrar as inserções de acessibilidade e para execução do produto final.

4 ACESSIBILIDADE NO COLÉGIO LA SALLE DORES E NA UNIVERSIDADE LA SALLE

Sempre que observamos um espaço e a forma como se organiza, percebemos que a concepção deste, traz conjuntamente os valores, os símbolos, as ideias e a cultura em sua organização. Para a arquitetura escolar não é diferente, pois ao observar uma escola, é possível perceber como se comporta, a cultura, os valores e a ideologia que será transmitida e imposta aos sujeitos que utilizarão o espaço escolar.

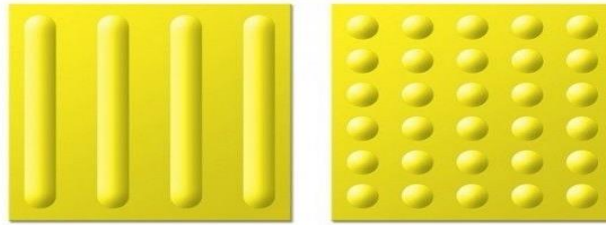
A arquitetura escolar em sua materialidade agrega valores, como ordem e disciplina, que se tornam marcos para aprendizagem representadas por símbolos estéticos, culturais e de ideologias. A proposta do espaço escolar está relacionada e comprometida com as políticas educacionais, objetivando e vislumbrando a qualidade do ensino-aprendizagem e o valor da educação.

Pode ser por sua fachada, proposta física ou organização interna, que compreende corredores e salas, capela, crucifixo, bandeiras, quadros, bustos e retratos de personalidades ilustres e importantes, foram e são formas de afirmar ou ocultar saberes, destinos, apontar valores e exemplos.

Trazendo para a esfera da acessibilidade na escola e universidade, com relação à acessibilidade para deficiência visual, com inserção de piso podotátil, que é o objetivo maior do meu estudo, no Brasil, desde 2004 existe uma especificação própria na legislação da ABNT NBR 9050 e NBR 16537 que regulamenta tamanhos e locais onde deve ser colocado.

Em 2015, a lei 13.146, obriga esse tipo de piso em áreas comuns e locais privados de uso coletivo. Portanto, o *tenji block*, ou bloco podotátil (Figura 13), que além de ajudar pessoas com deficiência visual, ainda pode ser usado por turistas, crianças e cadeirantes para chegar em elevadores, escadas, banheiros e plataformas com segurança e independência.

Figura 13 - Piso podotátil direcional e de alerta

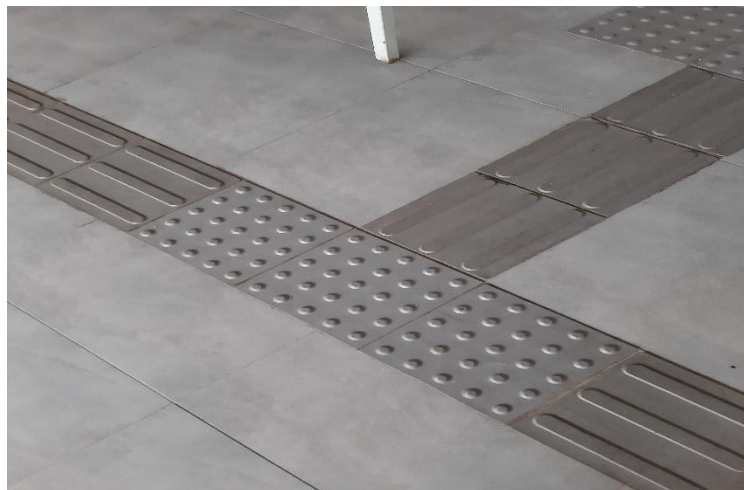


Fonte: Site wikidata.org (2021)

O piso podotátil, foi criado pelo engenheiro e inventor japonês Seiichi Miyake em 1965 para ajudar um amigo que perdia gradualmente a visão, e a partir daí passou a ser usado no Japão para ajudar os deficientes visuais em cruzamentos de tráfego, que explica o nome piso de alerta.

Encontramos na nomenclatura, o piso tátil, também como superfície tátil, pavimento tátil ou podotátil, que é o mais usual, que instalados formam as faixas em alto-relevo fixadas no chão para fornecer auxílio nesta locomoção, conforme vemos na figura 14.

Figura 14 - Piso podotátil vinílico instalado

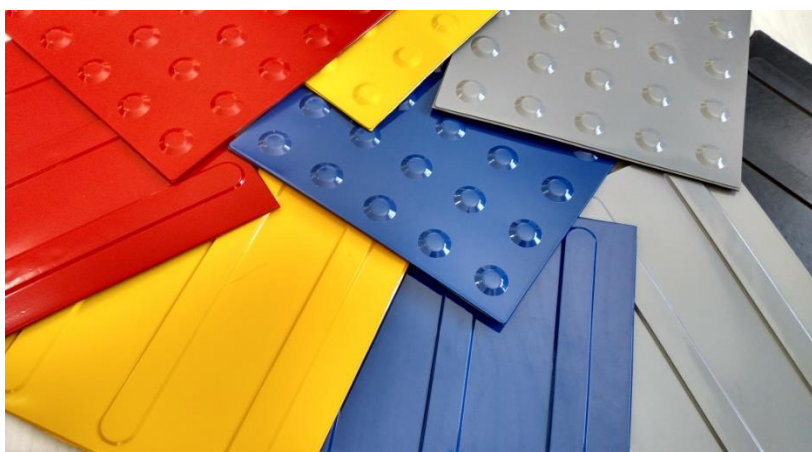


Fonte: Autoria Própria (2017)

Esses pisos têm, como serventia, auxiliar a caminhada das pessoas, sejam elas deficientes visuais, crianças, idosos e até mesmo turistas. Em diversas cores e fácil instalação para ambientes internos e externos. O modelo do piso podo tátil direcional (“Listras”) e de alerta (“De bolinhas”), pode ser sentido através dos sapatos e da ponta de bengalas, e os cachorros guias aprendem a ler os sinais também.

Preferencialmente coloridos para se destacar no piso existente, ou já se destacam no chão e os padrões mudam para dar direções acessíveis e guiar quanto a obstáculos. Temos vários tipos de materiais para o piso podotátil, como cimentício, alumínio, em PVC, que é um polímero sintético, rígido e o vinílico, que é um material flexível. Conforme podemos observar na figura 15.

Figura 15 - Piso podotátil vinílico em diversas cores



Fonte: Site da Total Acessibilidade (2022)

O piso podotátil vinílico é o ideal para instalar sobre revestimentos e materiais como ladrilho hidráulico, mármore, granito e demais que normalmente são existentes nestes prédios escolares já centenários, de interesse cultural ou patrimoniados, que é o caso dos meus objetos de estudo.

No caso da minha pesquisa estes foram os destinados para serem instalados, a fim de não danificar o revestimento existente, pois são fixados ou com cola de contato ou adesivo tipo dupla face, ideal para áreas internas, suportando grande fluxo de pessoas e atendendo a norma NBR 9050, a legislação e o objetivo maior que é zelar pelo patrimônio destas edificações, trazendo ao usuário, autonomia, conforto e segurança, que considero os pilares da acessibilidade.

4.1 Colégio La Salle Dores

No estudo sobre o Colégio La Salle Dores, verifiquei em visita e levantamento *in loco* e a partir de considerações tratadas junto ao Coordenador de Turno, que as intervenções para acessibilidade foram ocorrendo conforme as necessidades

apresentadas por alguma deficiência de aluno ou profissional da comunidade educativa, e não exatamente pelo rigor da legislação vigente. Isto posto, verifiquei que, as execuções e intervenções para acessibilidade que ocorreram, como elevadores, rampas, equipamentos sanitários e demais equipamentos a fim de atender a segurança e o conforto dos alunos, e respeitar as diferenças, criando um espaço acessível e seguro a todos, foi de forma gradual e dependendo do surgimento da necessidade. Observei que há condição de acesso aos diferentes ambientes da escola, como pátios, cantina, ginásio esportivo e sala de aula.

O Colégio La Salle Dores, assim como outras escolas centenárias e tradicionais⁹, em sua proposta arquitetônica apresenta corredores de circulação estreitos em relação às normas atuais, escadas com degraus de altura um tanto desconfortáveis, e também vários andares, com escadarias imensas, inclusive a entrada do Colégio possui uma escadaria suntuosa, assim como nas igrejas, com objetivo de trazer a estes prédios poder, valor pela elevação e hierarquia.

Acredito que este formato da escola, sua concepção arquitetônica, e a não preocupação com a acessibilidade e a inclusão, também se deva ao fato de que as crianças que tinham alguma deficiência física, ou não estudavam, até por preconceito, ou as que tinham poder aquisitivo, estudavam com professores particulares em casa, podendo então assim, as escolas manterem este padrão de arquitetura proposto, prédios que foram construídos de uma forma que até o momento ainda se destina, tanto em seus materiais edificáveis como em seu mobiliário. Trago esta afirmação com base no que ouvi dos próprios Irmãos Lassalistas, mais idosos, assim como a questão do preconceito às pessoas com alguma deficiência.

No caso do Colégio La Salle Dores, não há inserção de piso podotátil integralmente, pois como relatei, vem se adaptando às necessidades apresentadas pelos alunos e conforme colocado pelo Coordenador, não tem alunos com deficiência visual. Como minha pesquisa está voltada à questão da preservação e zelo pelo patrimônio, coloco aqui o quanto fiquei encantada pela preservação dos materiais e patrimônio do Colégio La Salle Dores. Nas circulações permanece o piso com revestimento em ladrilho hidráulico¹⁰, em formas geométricas, em um colorido

⁹ Escolas Centenárias e Tradicionais no Rio Grande do Sul, temos o Colégio Anchieta, da rede Jesuíta de Educação, Colégio Marista Champagnat, da Rede Marista de Educação, entre outros.

¹⁰ Ladrilho hidráulico, mosaico hidráulico ou piso hidráulico tem este nome por conta do seu processo de fabricação, por prensa hidráulica submerso em água, é feito de cimento e corantes, de maneira artesanal.

discreto, que ao caminhar pela escola, percebi a conservação e o zelo, e fiquei imaginando a memória existente naqueles corredores e salas da escola, dos Irmãos, alunos e professores que por ali passaram e passam nestes centos e tantos anos de história. A granitina¹¹ verde das escadas, paredes que ainda conservam o acabamento e cores originais dos materiais, conforme vemos nas imagens abaixo (Figuras 16 e 17).

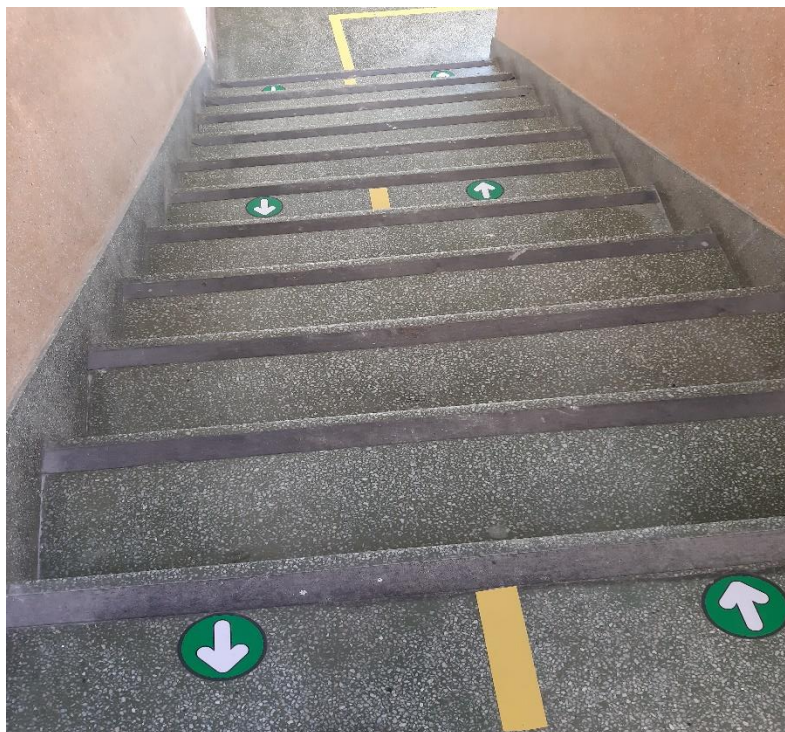
Figura 16 - Circulação com revestimento em granitina nas paredes e ladrilho hidráulico no piso



Fonte: Autoria Própria (2021)

¹¹ Granitina, conhecido também como Granilite, é feito por uma mistura de massa de cimento combinada com água, areia e alguns pedaços de pedras, como por exemplo mármore, granito, quartzo, calcário, entre outras semelhantes. Para que fique colorida acrescenta-se pó e corantes especiais na composição, podendo ficar branco, cinza, verde, amarelo, azul etc.

Figura 17 - Escadaria com revestimento em granitina verde



Fonte: Autoria Própria (2021)

Penso que o piso de granitina, por ser um material muito resistente, foi utilizado nos prédios escolares em função de sua durabilidade e estética. A durabilidade média da granitina tanto em piso quanto paredes e rodapés é de 40 a 50 anos, sem reparos.

Ao caminhar pelos corredores das salas de aula, me chamou a atenção as rampas nas entradas das salas, deixando a diferença de nível confortável, e concebidas na construção do prédio. Provavelmente o objetivo foi o zelo pela segurança dos alunos e dos Irmãos Lassalistas.

Como arquiteta, emociono-me e sensibilizo-me em perceber o bem cultural como produto do processo histórico, da arte e memória, o discernimento em manter a maioria das características originais ainda existentes. Penso que, no que tange a novas e necessárias intervenções nos prédios, edificações há que se respeitar, veementemente, o tempo, os recursos, as propriedades e possibilidades técnicas, humanas e culturais, com uma atuação e em um trabalho conjunto, para proteger e zelar por estes legados, projetar e estimar a sua transmissão, com a máxima integridade e propriedade às gerações futuras.

Abaixo seguem imagens (Figuras18,19,20,21,22,23,24,25,26e27), que evidenciam as colocações e questões que trago sobre as condições das

características originais das instalações e as intervenções executadas para atender acessibilidade no Colégio La Salle Dores.

Figura 18 - Mural em mosaico colorido executado pelo Professor Mário Cimon, na época irmão lassalista. Data da década de 1960, conforme informação do artista



Fonte: Autoria Própria (2021).

Figura 19 - Rampa de acesso do pátio principal para a cantina em piso antiderrapante



Fonte: Autoria Própria (2021).

Figura 20 - Sanitário Acessível - Equipamentos de apoio ao vaso sanitário



Fonte: Autoria Própria (2021).

Figura 21 - Instalação de elevador para acessibilidade no deslocamento às salas de aula do 1º andar



Fonte: Autoria Própria (2021).

Figura 22 - Instalação de elevador para acessibilidade no deslocamento às salas de aula do 2º andar



Fonte: Autoria Própria (2021).

Figura 23 - Rampa no desnível da circulação para a sala de aula em piso de granitina. Prédio Centenário de Interesse Cultural da década de 1910



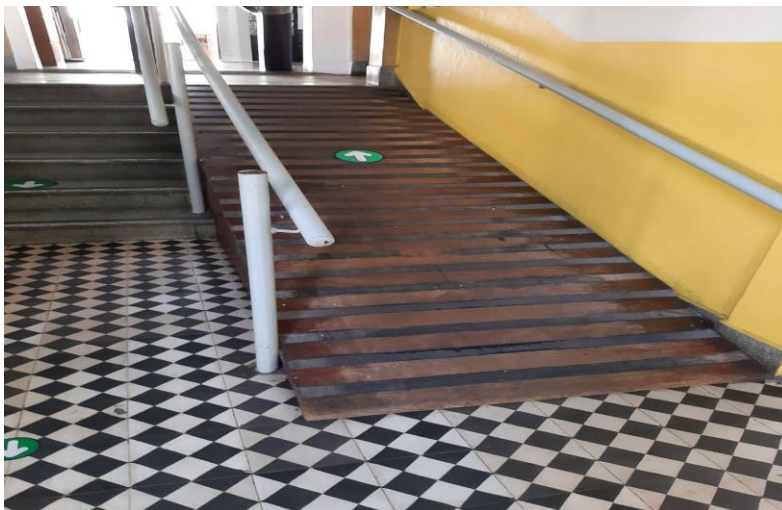
Fonte: Autoria própria (2021).

Figura 24 - Escadarias com seus materiais de revestimento preservados em granitina colorida, detalhes para as faixas antiderrapantes do degrau



Fonte: Autoria própria (2021).

Figura 25 - Rampa de acesso em madeira com fitas adesivas antiderrapantes e corrimão de apoio. Patrimônio preservado desde a sua concepção arquitetônica



Fonte: Autoria própria (2021).

Figura 26 - Rampa de acesso na circulação com corrimãos de apoio



Fonte: Autoria própria (2021).

Figura 27 - Rampa de acesso ao Laboratório de Informática em piso vinílico e faixas adesivas antiderrapantes



Fonte: Autoria própria (2021).

Importante perceber que já havia a preocupação com acessibilidade e os detalhes construtivos preservados. Observa-se o piso em ladrilho hidráulico, rodapés e detalhes na parede em granitina colorida. Trata-se de patrimônio preservado desde a sua concepção arquitetônica e sua construção em 1910.

4.2 Universidade La Salle - UNILASALLE

No estudo sobre a Universidade La Salle, verifiquei que, com o desejo de ser em 2018 uma Universidade reconhecida pela excelência, os trabalhos e a preocupação em cumprir com as normas e a legislação vigente com relação à acessibilidade, intensificaram-se já no ano de 2017. Porém já ocorriam projetos e obras para acessibilidade desde 2014, em função do crescimento e profissionalização da universidade. Então, no primeiro semestre de 2014, foi diagnosticada a necessidade da ampliação nas medidas anteriormente tomadas e a da realização de melhorias preconizadas nas normas regulamentadoras vigentes e demais decretos, a saber:

- Decreto 5.296 de 02/02/2004;
- Decreto 7.724 de 16/08/2012;
- Portaria nº 03 de 07/05/2010;
- Programa “Incluir” Ministério da Educação.
- NBR 9050/2004

A partir daí, em 2017, com o objetivo de agilizar este processo de acessibilidade no Campus, as ações tomadas deram-se em quatro níveis:

1º - Construção de rampas de acessos para cadeirantes para que pudessem transitar de uma área para outra e acessar ambientes com pisos em diferentes níveis

2º - Aquisição de elevador para o prédio 08.

3º - Adequações nos sanitários.

4º - Parceria com a prefeitura de Canoas na melhoria das calçadas circundantes à instituição colocando piso tátil direcional e na compra de uma sinaleira para a Rua 15 de Janeiro. É importante destacar o quanto esta ação gerou um impacto positivo junto à comunidade local.

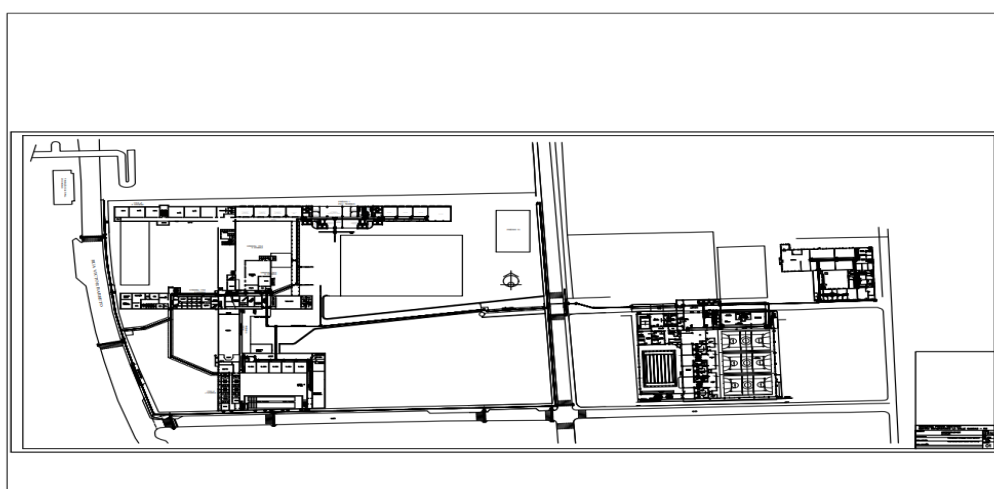
A partir desta nova percepção o Centro Universitário La Salle, pretendendo atender os pré-requisitos do MEC para o credenciamento à Universidade, contratou em outubro de 2014, uma empresa especializada nas áreas de engenharia e arquitetura para a construção de um laudo diagnóstico de todos os ambientes da instituição.

O Laudo construído, previu a colocação de piso podotátil direcional em todas as rotas de passagem do campus, demarcações nos estacionamentos e a ampliação no número de vagas para portadores de necessidades especiais nos estacionamentos, melhorias nas condições sanitárias, adaptações nos elevadores existentes (painéis

de controle em Braile, sistema sonoro de comunicação dos andares, rebaixamento dos comandos entre outros), aquisição de um novo elevador interligando os acessos entre o térreo até o segundo andar do Prédio 04, e também uma conexão até o 4º andar do prédio 03. Previu ainda a necessidade de uma plataforma elevatória no Prédio 14, que no caso foi atendido com a execução de um elevador.

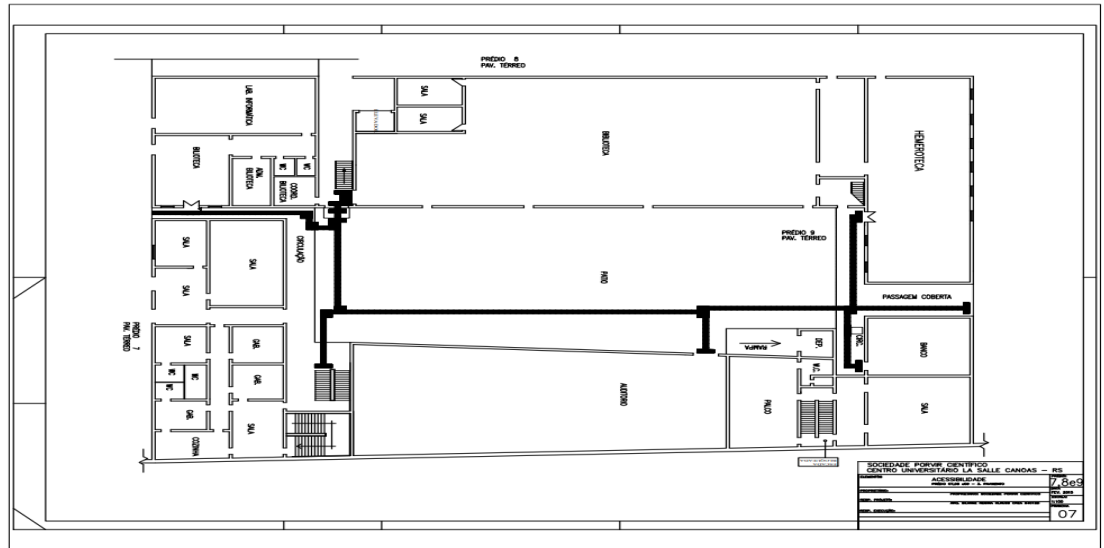
Diante da necessidade para ter acessibilidade visual, projetou-se de acordo com a legislação, projeto para todo o campus, atendendo tanto os prédios, quanto às áreas externas do Campus, para instalação de piso podotátil. Seguem alguns destes projetos (Figuras 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35) com relação aos prédios do meu estudo, que são os que devem ser preservados pelo seu valor como patrimônio histórico e de interesse cultural. Para melhor esclarecimento das figuras dos projetos aqui apresentados, a linha em preto mais aparente, reforçada é o local da instalação do piso podotátil. É muito importante colocar que ainda temos áreas para executar acessibilidade de forma ampla, tanto na acessibilidade visual, a questão aqui tratada com piso podotátil, mas também acessibilidade motora como elevadores, que no caso foram executados especialmente nestes prédios que trago em estudo, que são os prédios centenários do campus. Havia todo um zelo em relação ao impacto que estes teriam nesses prédios.

Figura 28 - Projeto de Acessibilidade – Campus Geral



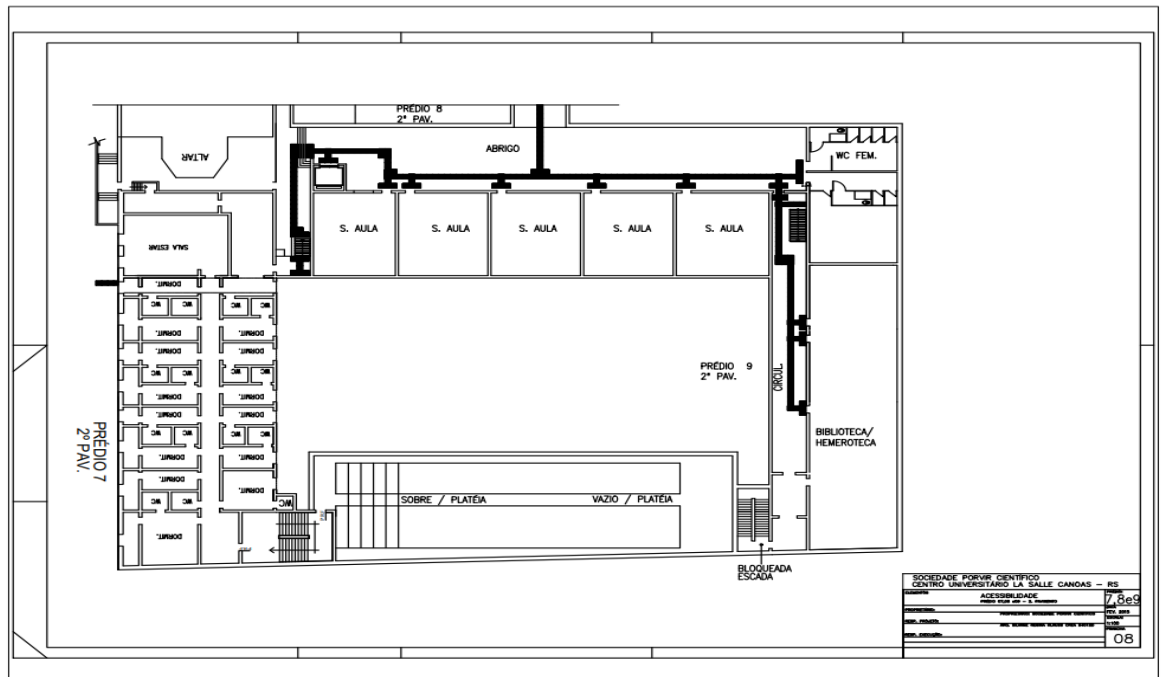
Fonte: Universidade La Salle (2015).

Figura 29 - Projeto de Acessibilidade – Prédios 7, 8 e 9



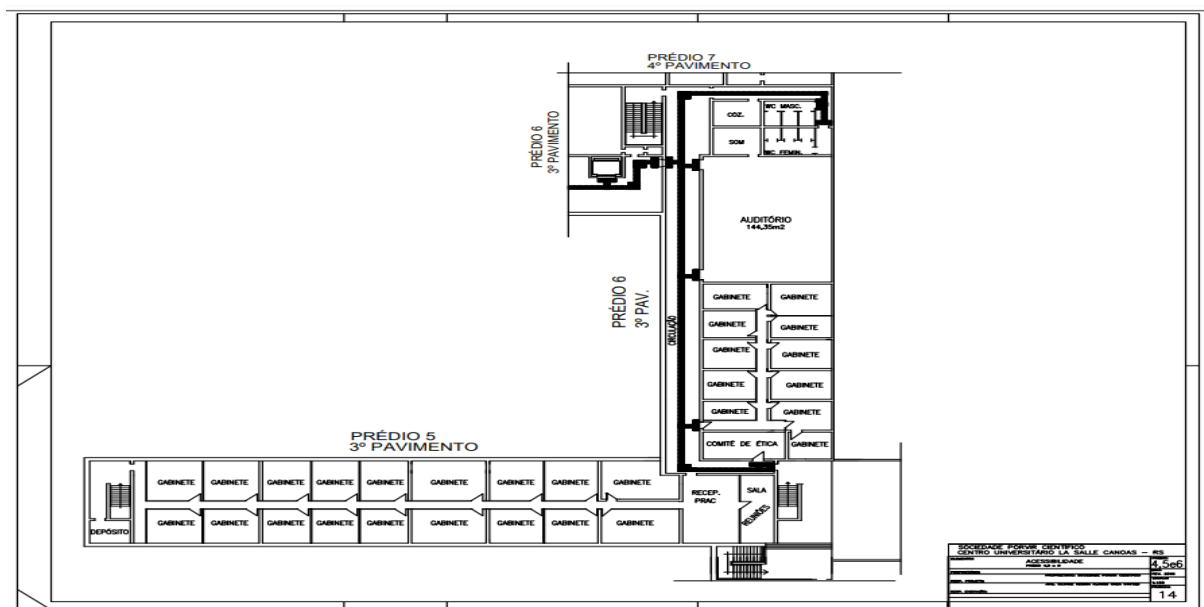
Fonte: Universidade La Salle (2015).

Figura 30 - Projeto de Acessibilidade – Prédios 7, 8 e 9



Fonte: Universidade La Salle (2015).

Figura 35 - Projeto de Acessibilidade – Prédios 5 e 6



Fonte: Universidade La Salle (2015).

O grande desafio deste tipo de inserção e outros como elevadores, rampas, placas em edificações de interesse histórico e cultural é o de compatibilizar as intervenções necessárias para garantir a mobilidade e acessibilidade com a preservação deste patrimônio. A fim de atender à legislação e evitar o impacto nas edificações, nestes prédios centenários do campus, patrimônio histórico de interesse cultural, foi definido como solução arquitetônica utilizar o piso podotátil vinílico, a fim de salvaguardá-los e conservá-los.

Quanto ao formato do piso podotátil, tem-se dois tipos, o de alerta, que é utilizado para sinalizar situações que envolvem riscos e segurança, e o piso podotátil direcional, que serve como guia de encaminhamento em ambientes internos ou externos, conforme NBR 9050.

Observei o empenho nas execuções para acessibilidade no Campus da Universidade La Salle e, também, o cuidado com o conjunto de prédios centenários de interesse cultural. Ainda, houve a atenção para a acessibilidade para deficiência visual, na inserção do piso podotátil, nas placas de sinalização em braile, nos acessos principais, elevadores, salas de aula, laboratórios, acessos para cadeirante com instalação de elevadores nos prédios e rampas para os diferentes níveis nas áreas externas e jardins do Campus. Há, para todos que por ali passam, estudam, trabalham e visitam, um olhar de zelo com relação às pessoas, comunidade educativa,

comunidade local, para que se sintam incluídos, pertencentes, com respeito à diversidade no campus da Universidade La Salle.

Todas estas ações foram fundamentais, também, para homologar a Unilasalle, de Centro Universitário para Universidade conforme avaliação do MEC, de acordo com os requisitos para infraestrutura física. Para atender esta exigência em relação à acessibilidade, a instalação do piso podotátil direcional em todas as rotas de acesso, as vagas demarcadas nos estacionamentos, rampas, os sanitários adaptados, os elevadores com painéis de controle em Braile, e sistema sonoro de comunicação dos andares e rebaixamento dos comandos. Para todos os setores indicativos de rotas de saída de emergência, bem como extintores, alarme e hidrantes. Ainda, para atender a cadeirantes, as mesas adaptadas. Conforme avaliação do MEC, a acessibilidade às salas é garantida por meio de elevadores, que possuem sinalização sonora e braile, ou por rampas de acesso. Também há piso podotátil direcional e de alerta, bem como numeração nas portas das salas, inclusive em braile, ambos possuem espaço reservado para cadeirantes e rampa de acesso ao palco, salas de professores. As referidas salas são de fácil acesso por meio de rampas e elevadores. O acesso às instalações sanitárias é garantido por meio de piso regular, rampas de acesso e elevadores com sinalização sonora e braile. Em todos os ambientes de circulação, externos e internos, há piso podotátil, direcional e de alerta, sanitários próximos e rampas e elevadores que garantem a acessibilidade considerados excelentes.

Sigo trazendo as percepções, comentários e discussões com relação aos depoimentos dos gestores da Universidade La Salle, que trazem em sua fala a importância da acessibilidade como inclusão social e o impacto positivo, diria até, como uma forma acolhedora de incluir a todos assegurando sua mobilidade pelo Campus, respeitando com dignidade as diferenças e ver muito além destas diferenças.

Trago, inicialmente, testemunhos do Vice-reitor da Universidade La Salle, Irmão Cledes Antônio Casagrande, por sua função acadêmica, que está na linha de frente das tomadas de decisão para atender a legislação, a fim das devidas certificações e por entender e emitir parecer para execução de ações para este fim, neste caso, a inserção de acessibilidade no Campus.

A percepção da importância da acessibilidade, na fala do Ir. Cledes Antonio Casagrande, em entrevista no dia 23 de março de 2022, penso estar muito clara com relação a esta questão:

[...] em relação às questões de acessibilidade, me parece que tem duas questões, a primeira delas é atender aquilo que reza a legislação, de adaptar o campus, um processo que ele segue, ele não está parado, anda, porque onde mexe, em uma estrutura, automaticamente tu tens que pensar já nas questões de acessibilidade. Acho que o primeiro elemento é exatamente a questão da legislação, de atender, de colocar toda a universidade, tornar ela acessível na medida do possível e na medida da necessidade também.

Percebo em sua fala, aqui colocada, quanto ao processo de acessibilidade ser contínuo e não estático, principalmente quando se trata de Instituições Escolares, pois os ambientes alteram-se, adaptam-se, surgem novos laboratórios, novos espaços externos e internos e até mesmo novos prédios.

Segue:

[...] e o segundo elemento em relação à acessibilidade, é exatamente a função social da própria universidade, que vai além, Maria Luiza, muito além daquilo que está legislado, porque eu acredito assim, que oferecer as ferramentas, adaptar a Instituição, é a parte simples, embora de complexidade, a complexidade de fazer isto em prédios que são históricos. Mas eu quero voltar na nossa questão, assim, da questão social, daquilo que a universidade representa, e dar exemplo. Então me parece que tem uma questão que é da legislação, como eu dizia, Maria Luiza, mas tem outra que eu acho que é da nossa função social, do nosso carisma, da necessidade de nós incluirmos estas pessoas [...].

Há a concepção de um dever moral, uma responsabilidade social com a memória, com os bens culturais institucionais que precisam ser valorizados e compreendidos em sua importância.

Com relação ao zelo a este patrimônio cultural, aos prédios centenários, trago esta preocupação nas palavras do Ir. Cleides:

[...], mas tem uma relação com a inclusão, que é exatamente o trabalho com este patrimônio, mais histórico da instituição. Não se trata simplesmente de atender uma legislação de olhos fechados, senão nós poderíamos estragar, por exemplo, uma fachada dum prédio histórico, como é o prédio ali da Capela, ou mesmo o prédio ali da sala dos professores, o prédio 5, que é o prédio mais antigo. Então às vezes o pessoal, assim, não tem esta noção de, de patrimônio e de história, que é super importante. Então nós temos alguns prédios que precisam deste olhar diferenciado pelo impacto tanto para atender a questão da acessibilidade.

O zelo com o patrimônio, com os prédios centenários do campus da universidade, é importante perceber o senso de responsabilidade do gestor pela memória e história, agregando valor e a preocupação para além das exigências da legislação. Segundo ele, “não dá pra simplesmente tirar uma porta de cem anos e

jogar fora, né?” Verdade, não dá mesmo!”

Informo que esta porta está no primeiro prédio da Instituição, sendo um rastro da presença da educação lassalista que remete, também, ao início de Canoas como cidade, muito relacionado com o crescimento da instituição que começa como colégio e se desdobra em Universidade. Mais uma vez trago a importância da zeladoria ao patrimônio, o cuidado, a sensibilidade em manter a identidade, a cultura e a memória institucional.

A importância da questão da acessibilidade e da inclusão fica presente ainda:

[...] eu acho que o aluno pode chegar na Instituição de maneira adaptada, pode entrar, se locomover, ter acesso ao atendimento acadêmico, financeiro, acesso às salas de aula, aos laboratórios, a espaços de estudo, biblioteca com esta liberdade e que é uma questão de dignidade também. Dignidade e segurança.

Penso que o entendimento da importância da acessibilidade e da sua implantação, com resultado de menor impacto nestas edificações centenárias, que é a essência do meu estudo, está claramente entendida pelo gestor, ressaltando o quanto isto foi importante para conservar e zelar por estes espaços.

Reforço minha colocação na fala do Ir. Cleides:

[...] esta questão do que é necessidade, do que é legislação, para os nossos estudantes de mobilidade, mas também do que é deste olhar, um olhar zeloso, histórico, em relação ao nosso patrimônio histórico que temos. E, acho que, a necessidade de atender a legislação, mas não só pela legislação, mas também entendê-la, entender as necessidades dos nossos estudantes e ao mesmo tempo aquilo que corresponde ao nosso próprio patrimônio histórico, patrimônio, aquilo que está dentro da Instituição, da conservação.

Na continuidade, trago comentários sobre a percepção da acessibilidade, pela Coordenadora do NAE-Núcleo de Atendimento ao Acadêmico, Tatiane Carvalho Bregão, em entrevista no dia 28 de março de 2022, setor este que recebe o aluno, desde sua inscrição até o ingresso à Universidade, acolhendo este aluno em todas as suas necessidades, com um olhar de zelo pela dignidade, inclusão e segurança deste em sua caminhada acadêmica.

[...] o NAE é o setor que recebe as demandas, dos alunos, dos candidatos, desde o primeiro contato deles com a Universidade. Então, quando a pessoa se autodeclara, ele se autodeclarar como uma pessoa PCD, com alguma deficiência, tão logo o NAE já é o setor que faz a interlocução, esse atendimento para ver a necessidade que essa pessoa tem, no quesito de inclusão ou de acessibilidade.

Em nossa conversa, percebi o quanto a inserção do piso podotátil trouxe conforto e segurança aos usuários. Sigo nesta percepção com a fala da Coordenadora,

[...] então o piso tátil, assim como as rampas, assim como o leitor de Braille, eles são importantíssimos para que este aluno, este sujeito que está chegando na Universidade, ele consiga de fato, ter acessibilidade no campus, né, para ter a sua locomoção e a sua independência no campus da Instituição.

E reforça a questão do piso podotátil, dizendo que o aluno “pode ser um deficiente visual, que ele precise se deslocar, e o piso tátil vai fazer toda a diferença para a independência e para a autonomia dele dentro do campus”.

Chegou a mencionar que a acessibilidade é fator decisivo inclusive para a escolha da universidade, “[...] e termos dentro da universidade hoje, uma universidade que, tem toda a questão de segurança e de acessibilidade, faz toda a diferença, inclusive é um diferencial para a escolha deste candidato, deste futuro aluno aqui dentro”.

É importante ressaltar que a acessibilidade no campus da Universidade La Salle, perpassa os muros e vai pelos passeios em seu entorno, e isto tem um impacto muito positivo com relação aos alunos com deficiência visual, e reforço esta percepção na fala da Coordenadora:

[...] porque vai chegar aqui, e sabe que ao descer do trem ele vai ter o piso tátil desde a primeira quadra que ele atravessa até chegar a porta da universidade, até chegar às salas de aula, as rampas, aos elevadores, aos setores de atendimento, ele vai conseguir se locomover com independência e autonomia.

Após estes comentários, percepções, deste olhar dos gestores sobre o campus da universidade, sobre o impacto da acessibilidade, trago algumas considerações que entendo serem relevantes, como arquiteta, e que prezo pela zeladoria.

Primeiramente dizer que me emocionei ao ouvi-los pessoalmente e perceber que o sentimento semelhante ao que trago quanto à questão maior que é a acessibilidade, que vai muito além de atender a legislação e sim, de nos sensibilizar enquanto humanos que somos, diante das necessidades de cada um, buscando uma sociedade mais digna e igualitária, livre de preconceitos e preocupada com o bem comum.

Outra questão que vai ao encontro do tema da minha pesquisa e, na verdade, no que eu acredito, que é este zelo pelo patrimônio em detrimento de legislações que

intervém querendo ou não na estrutura física destas edificações históricas sociotransmissoras, (CANDAU, 2005), vestígios da compreensão da educação em outros tempos. Há zelo na intervenção exigida, cuidando da melhor forma possível, a fim de salvaguardar este patrimônio cultural, assegurando o conceito arquitetônico, aqui no caso, destes prédios escolares, que testemunhos da história do nascimento de uma escola e sua transformação nestes mais de cem anos de existência, com a mesma função, isto é, a educação.

Trago também a questão do dever de atender a inclusão, quando se fala em acessibilidade, em qualquer âmbito da deficiência, visual, física, motora, entre outras, está intrínseca a preocupação, o acolhimento e o zelo para que todas as pessoas se sintam seguras, independentes e dignas de estar e circular em todos os espaços que desejarem, sem barreiras, sem constrangimentos e com qualidade de vida, bem-estar e bem-viver.

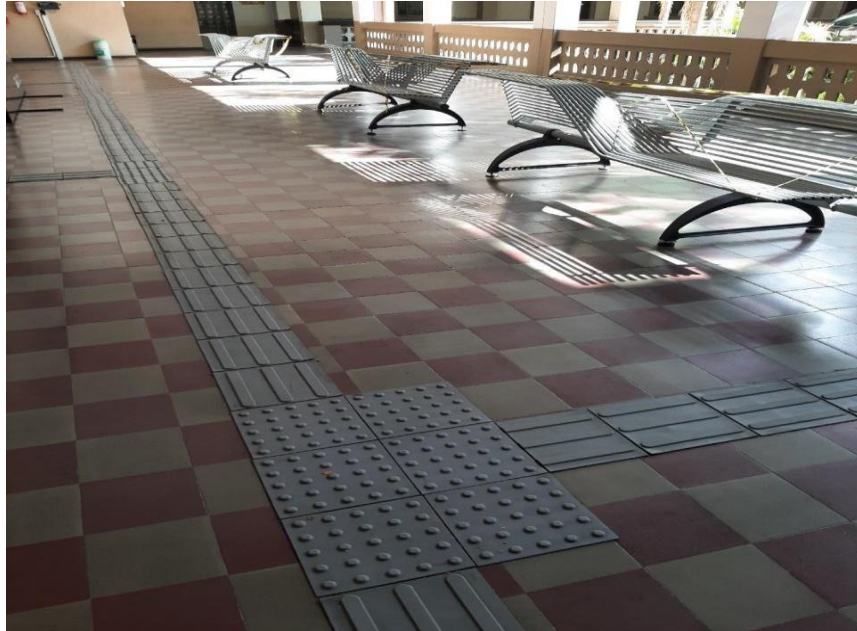
Dizer que, pela minha experiência profissional, o quanto é gratificante observar e ver um aluno com deficiência visual circular pelo campus com tranquilidade em função do piso podotátil, acessar um elevador, sua sala, passar pelo túnel verde, muito me emociona lembrar desses tempos de caminhar pelo campus, com um olhar de cuidado com a estrutura física, mas essencialmente olhar o efeito e o impacto positivo que gera nas pessoas que por ali circulam.

Penso que de grande importância na fala do Ir. Cledes Antonio Casagrande, é a preocupação com novos projetos que vem sendo apresentados para atender outras legislações como a do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI), pelo impacto que poderão gerar nestes prédios históricos, e a importância de ter pessoas envolvidas no processo, que zelem por este patrimônio, na intenção de adaptação gerando o menor impacto na sua estrutura arquitetônica.

Reforço aqui, meu pensamento na zeladoria deste patrimônio, desta necessidade, que se preocupa em zelar para que não se perca, e assim salvaguardar estes patrimônios repletos de história, identidade, cultura e memória.

Abaixo, trago imagens das inserções de piso podotátil vinílico nos prédios centenários, aqui apresentados, e piso podotátil cimentício, nas áreas externas conforme projetos, conforme descrição nas imagens. (Figuras 36,37,38,39, 40, 41,42,43,44,45,46,47,48,49,50,51,52 e 53)

Figura 36 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre ladrilho hidráulico no saguão 8 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural



Fonte: Autoria própria (2021).

Figura 37 - Acesso ao Campus pelo “Túnel Verde”, antes da inserção do piso podotátil cimentício para acessibilidade



Fonte: Autoria própria (2021).

Figura 38 - Acesso ao Campus pelo “Túnel Verde”, com execução da inserção do piso podotátil cimentício para acessibilidade



Fonte: Autoria própria (2021).

Figura 39 - Execução de inserção do piso podotátil cimentício no encaminhamento para a Rua 15 de janeiro, acesso aos Prédios do Lado B do Campus



Fonte: Autoria própria (2017).

Figura 40 - Acesso ao Campus pelo “Túnel Verde”, com execução da inserção do piso podotátil cimentício para acessibilidade, na intersecção dos prédios 5, 6, 8 e Biblioteca



Fonte: Autoria própria (2017).

Figura 41 - Prédio 5 – Primeiro Prédio do Campus, construído em 1910, antes da inserção de piso podotátil nas áreas externa e interna da edificação



Fonte: Autoria própria (2014).

Figura 42 - Prédio 5 e 6 – Primeiro Prédio do Campus, construído em 1910, após inserção de piso podotátil cimentício na área externa da edificação



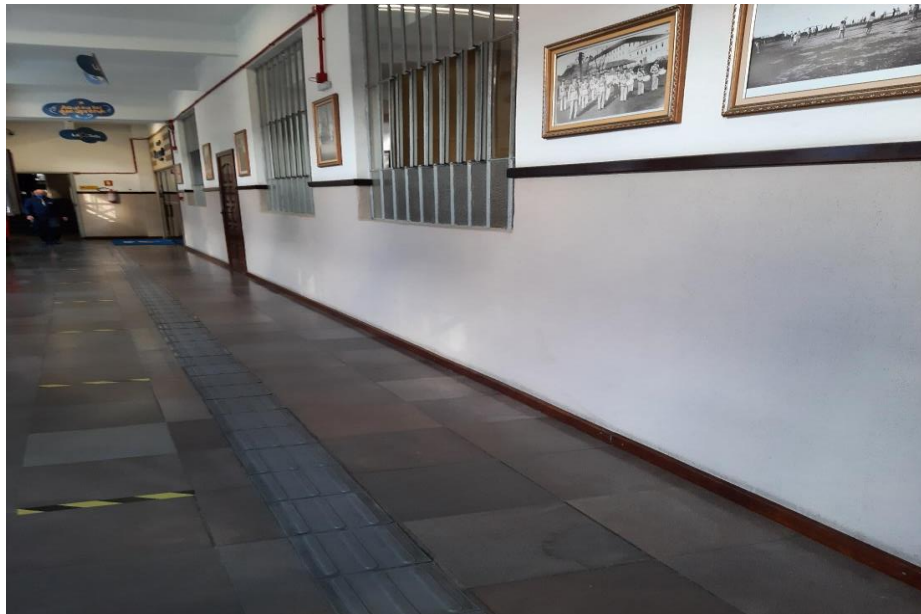
Fonte: Autoria própria (2017).

Figura 43 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre ladrilho hidráulico na circulação do Prédio 4 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural



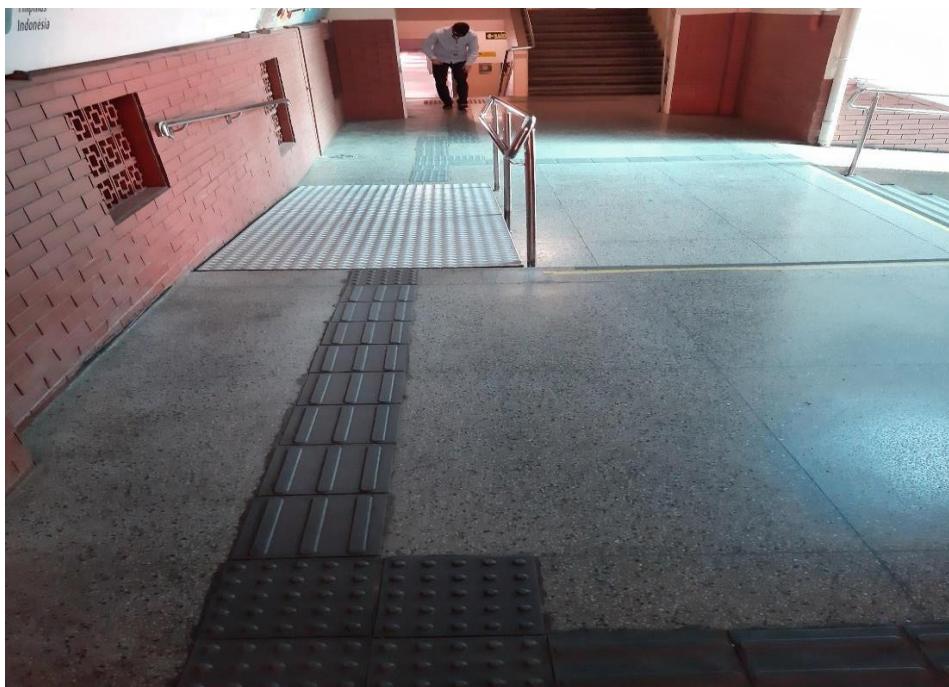
Fonte: Autoria própria (2017).

Figura 44 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre ladrilho hidráulico na circulação do Prédio 4 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural



Fonte: Autoria própria (2017).

Figura 45 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre piso de revestimento de granitina e inserção de rampa metálica em alumínio antiderrapante e corrimão na circulação do Prédio 5 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural



Fonte: Autoria própria (2017).

Figura 46 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre ladrilho hidráulico no saguão do prédio 8 da Universidade La Salle – Inserção de elevador - Prédio Centenário de Interesse Cultural



Fonte: Autoria própria (2017)

Figura 47 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre revestimento de basalto no saguão e passadiço do prédio 5 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural



Fonte: Autoria própria (2017).

Figura 48 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre ladrilho hidráulico no saguão do prédio 8 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural



Fonte: Autoria própria (2017).

Figura 49 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre ladrilho hidráulico no saguão do prédio 8 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural



Fonte: Autoria própria (2017).

Figura 50 - Inserção do piso podotátil cimentício em bloco cimentício intertravado na passarela de ligação entre os prédios do Campus da Universidade La Salle



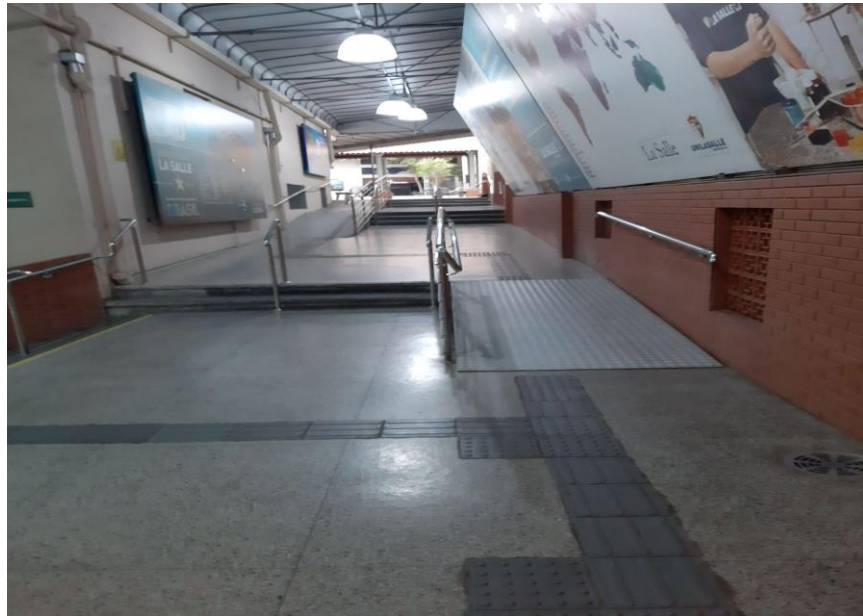
Fonte: Autoria própria (2017).

Figura 51 - Inserção do piso podotátil vinílico na área coberta lateral ao Salão de Atos, Prédio 8 e Prédio 10



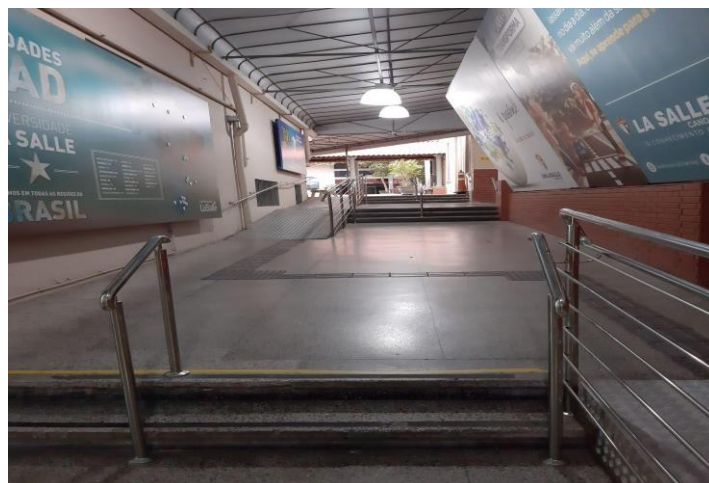
Fonte: Autoria própria (2017).

Figura 52 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre piso de revestimento de granitina e inserção de rampa metálica em alumínio antiderrapante e corrimãos na circulação do Prédio 5 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural



Fonte: Autoria própria (2021).

Figura 53 - Inserção do piso podotátil vinílico sobre piso de revestimento de granitina e inserção de rampa metálica em alumínio antiderrapante e corrimãos na circulação do Prédio 5 da Universidade La Salle – Prédio Centenário de Interesse Cultural



Fonte: Autoria própria (2021).

Sobre a acessibilidade nos espaços escolares e universitários, é muito importante que haja um amplo programa com o envolvimento educacional e uma fiscalização da própria sociedade, fazendo com que as exigências sejam cumpridas e

assim possam suprir as necessidades existentes.

A maioria da sociedade desconhece as leis e normas para cobrar seus direitos. É importante discutir esses temas em escolas, universidades, profissionais de todos os segmentos da sociedade brasileira, e por fim destacar que a fiscalização no Brasil não consegue atender a demanda e os ambientes acabam por descumprir as adequações necessárias com as leis e decretos.

5 PRODUTO FINAL

Segue a apresentação do Produto Final da Pesquisa “Acessibilidade em edificações escolares de interesse histórico: estudo sobre o Colégio La Salle Dores (Porto Alegre, RS) e Universidade La Salle (Canoas, RS)”. O produto desenvolvido trata-se de um ebook que descreve a utilização de materiais de acessibilidade e seu emprego em conjunto com a instalação, visando gerar o menor impacto em edificações centenárias, tombadas ou de interesse cultural com referência e zelo à arquitetura das Instituições de Ensino.

Por tratar-se de prédios centenários, onde a memória e o patrimônio necessitam ser preservados e conservados, em vista ao seu impacto social e histórico, busca atender a legislação vigente com relação à acessibilidade, além de manter o aspecto original e respeitar a memória do edifício. Sendo assim, o presente produto busca ser um suporte e um orientador com relação ao emprego de materiais para acessibilidade que atendam a legislação com menor impacto possível no patrimônio existente, possibilitando que se mantenha a estética da arquitetura destes prédios, a fim de unir a adaptação com a conservação e assim manter a identidade, história visual e o patrimônio como um todo.

Por ser de um ebook, acredito que possibilitará principalmente aos profissionais das áreas de Arquitetura e Engenharia o conhecimento destes materiais e sua aplicação correta, porém pode ser utilizado por gestores, por interessados no assunto e público em geral, servindo como suporte e orientação para aplicação dos materiais deste segmento.

O ebook, desenvolvido é ilustrado com as imagens, fotos destes prédios que são os objetos de estudo e pesquisa e dos materiais que foram utilizados, com boas práticas para acessibilidade de forma a atender a legislação e assegurar conforto, inclusão e segurança para os usuários, mantendo assim o objetivo maior que é, além da preservação, apontar a necessidade de adaptar-se o meio para que todos se sintam parte da história e da memória cultural local.

O produto final, o ebook, veio da experiência profissional, considerando que as informações nos meios digitais crescem em ritmo acelerado, e diversos profissionais enfrentam dúvidas ou inseguranças quando buscam dados relevantes para seu dia a dia. Entretanto, o meio digital pode e deve ser uma ótima ferramenta no que tange democratização do acesso, possibilidade de atingimento de diversos grupos

demográficos e eternização, pois trata-se de um espaço que desde que se obtenha uma conexão e rede elétrica, não sucumbirá ao tempo.

O presente ebook está publicado em um domínio público gratuito de internet e alimentado com informações corretas e embasadas em anos de estudo prático, e o objetivo é que cativasse estes profissionais para gerar confiança e utilização da plataforma. Tenho por objetivo atingir o maior número de pessoas interessadas, pois tratando-se de um projeto com alto valor cultural dentro do que tange preservar a história e gerar inclusão, acredito em resultados positivos no que espero e imagino quando se aborda memória e democratização do acesso.

Entendo que há um fator de obrigatoriedade legal e ele é tratado nas informações dispostas, que abordam como atender os requisitos legais dentro de adaptações, porém busco unir, via robustez nos dados, o obrigatório com o dever moral que é a inclusão.

Finalmente, opto por divulgar o trabalho em redes sociais também, pois como mencionado, tratando-se de um projeto com alto impacto cultural e democratizante, entendo essas plataformas como impulsionadores de acesso, possibilitando para o usuário final diversas formas de encontrar a informação segura e correta.

Na sequência, podem ser observadas algumas imagens que apresentam o resultado final do produto. Segue o link para visualização do ebook:

<https://arquitetaizafeistauer.com.br/>

Figura 54 - Capa do ebook



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 55 - Página interna do ebook com ilustrações

Figura 9 - Instituto São José - atual Prédio 5, da Universidade La Salle (Década de 1910)



Fonte: Acervo do Museu Histórico La Salle.

Figura 10 - Vista aérea do Campus da Universidade La Salle. Nota-se à esquerda o atual Prédio 5 - Prédio Centenário de interesse histórico (Década de 1910)



Fonte: Astoria Própria - 2020

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preservar um bem material é importante, mas preservar a dignidade humana é tão importante quanto. Promover a acessibilidade e inclusão além de ser algo de grande valor para sociedade irá assegurar a mobilidade e locomoção nesses locais, e por consequência agregar valor à sua importância. Creio que isso seja tudo o que o lugar deseja, e a sociedade também.

Preservar e zelar por edificações de interesse histórico e cultural implica em estabelecer regras para a propriedade, à medida que ele é protegido, você não pode fazer daquele imóvel o que quiser. Isso estabelece limites entre o desejo pessoal e o desejo coletivo. Ele pode continuar crescendo, as modificações necessárias ocorrendo desde que os limites sejam respeitados, observando e cumprindo as normas específicas e reguladoras destes bens.

Penso que, diante do meu estudo, e o propósito ao escolher este tema, tem sim a questão da legislação, mas tem a questão da função social da escola, da universidade, do espaço escolar, que é de um carisma, que é do dever e da necessidade de incluirmos as pessoas, do respeito às diferenças, falar de nossa responsabilidade, de que todos se sintam de seguros e tenham autonomia em transitar por estes espaços. Que nada, nenhuma barreira os impeça de ir e vir.

No meu olhar e sensibilidade, conhecimentos adquiridos e estudo, vejo que o campus da Universidade La Salle é um campus acessível, um espaço que acolhe, que tem a preocupação em incluir e dar às pessoas segurança e autonomia, um espaço de bem viver.

Ver o conceito 5, ler o Parecer, muito me deixou feliz pois, na verdade, era o meu olhar e dedicação profissional, juntamente com as equipes, recebendo o mérito por todo o trabalho e zelo ao Campus. A nota ou conceito era pela infraestrutura física do Campus, mas quando nosso empenho está na paixão e no dever profissional é quase impossível não se emocionar e celebrar esta vitória, que vai muito além da infraestrutura física, mas no valor às pessoas que convivem neste campus universitário, que por ali passam, que sentem prazer em bem viver, e em trazer segurança, autonomia e dignidade, de forma inclusiva, independente das diferenças que nos tornam iguais como pessoas que somos.

A maioria da sociedade desconhece as leis e normas para cobrar seus direitos. É importante discutir esses temas em espaços escolares, universidades, profissionais

de todos os segmentos da sociedade brasileira, e por fim destacar que a fiscalização no Brasil não consegue atender a demanda e os ambientes acabam por descumprir as adequações necessárias com as leis e decretos.

O processo para acessibilidade é contínuo, o estudo sobre a acessibilidade é muito amplo, em busca desta autonomia, conforto e segurança, vem de um olhar na legislação, mas muito maior na sensibilidade às pessoas e à inclusão. O processo de acessibilidade e o olhar para que os prédios de interesse cultural se tornem acessíveis, trazem a percepção do quanto temos a zelar pelo patrimônio cultural, e unir este zelo ao cumprimento das legislações.

Como coloquei, o estudo, os projetos e o processo para acessibilidade é amplo e contínuo, e na minha pesquisa, tratei somente da acessibilidade para deficiência visual com abordagem no piso podotátil, mas podemos dar continuidade à pesquisa tratando da acessibilidade com outros recursos, como elevadores e suas tecnologias, botoeiras em braile, sonoro, rampas e corrimãos de acesso, e daí por diante, sanitários acessíveis, sinalizações, especificidade nos puxadores das portas, portas com sensor até mobiliários adequados à acessibilidade visual, motora e para obesos.

Ao tratar de acessibilidade adquirimos um olhar sensível e zeloso e na busca de sanar todo e qualquer condição de deficiência, mesmo a temporária, com objetivo maior que é ético, que é cuidadoso, que busca a inclusão de uma forma que a pessoa com deficiência temporária ou permanente se sinta plenamente segura, confortável e autônoma para ir e vir.

Quanto ao processo contínuo para acessibilidade, após meu estudo na Universidade La Salle e Colégio La Salle Dores, trago que a Universidade La Salle possui um olhar sobre esta questão e executa ações para tornar o campus um lugar acolhedor, segura e inclusivo, com respeito às edificações centenárias e de interesse cultural. Me atrevo e ao mesmo tempo me sinto segura em dizer, após tantos anos na área e no acompanhamento destas obras, que o campus da Universidade La Salle, é um campus acessível. Com isto não quero dizer que é estático, mas sim que deve continuamente ter este olhar para as diferenças e trazer melhorias para que todos se sintam iguais em suas diferenças, incluindo as pessoas em um olhar sensível e zeloso.

Já, minhas considerações em relação ao Colégio La Salle Dores, é realizar um levantamento no que tange à acessibilidade nas áreas da escola, pois muito já foi feito, conforme mostrei em minha pesquisa e estudo, e após fazer um projeto de

melhorias com objetivo em cumprir a legislação e tornar a escola ainda mais inclusiva e acolhedora, sugiro que as ações para executar as melhorias, sejam em um formato de etapas, possibilitando as mesma, pois teria um menor impacto quanto aos investimentos nas obras e na rotina da escola, e assim atender o que tange a legislação e a inclusão.

Apreendi muito, muitas vezes errando inclusive, mas quanto à acessibilidade, aprendi muito mais com os alunos que portavam algum tipo de deficiência, na tentativa de resolver suas necessidades, do que propriamente pela legislação, em principal a NBR 9050, minha cartilha por anos de desempenho profissional.

Observo também, que este movimento não é estático, ele deve continuar sempre a fim de que cada vez mais as diferenças desapareçam diante das ações em infraestrutura para saná-las, e também a legislação vai sofrendo alterações, em função do próprio uso, em que se percebe que pode haver melhorias. Por vezes me pego pensando como um “simples quadradinho de bolinhas ou listrinhas”, que é o modelo do piso podotátil pode fazer tanta diferença na vida das pessoas, para melhor, para sua independência e segurança.

Finalizo, colocando minha intenção neste estudo, e no que acredito, que é nosso dever zelar pelo patrimônio coletivo, porém, maior ainda enquanto profissional, sensibilizar sobre o valor ao patrimônio enquanto história e cultura, e principalmente o valor à diversidade, à inclusão e às diferenças que enquanto humanos nos fazem iguais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Isabela Fernandes. **Diretrizes para acessibilidade em edificações históricas a partir do estudo da arquitetura eclética em Pelotas-RS**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92472>. Acesso em: 15 set. 2021
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Editora Guanabara: Rio de Janeiro, 1981.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Unicamp, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050**: Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro, 31 mar. 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 03 ago. 2020. 4ª ed.
- BELAS MENSAGENS. 40 frases de arquitetura para se encantar por essa arte. Disponível em: <https://www.belasmensagens.com.br/frases-de-arquitetura>. Acesso em: 04 jul. de 2022
- BERND, Zilá; MANGAN, Patrícia Kayser Vargas (org.). **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2017.
- BRASIL **Código Civil**. Obra coletiva de autoria da editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 56. ed. São Paulo: Saraiva, 2005a.
- BRASIL. **Congresso Nacional**. Lei N° 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília, 1989.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 out. 1988 e IBGE 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição Federal, Art. 138 de 16 de julho de 1934. Brasília, 1935.
- BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis 10.048 de 2000 e 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Monumenta. Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste**. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005. Disponível em

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec3_SitiosHistoricos_m.pdf
Acesso em 20 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade E Inclusão. **Manual do programa escola acessível** -, 2012.

CANDAU, Joel; FERREIRA, Maria Letícia. M. Mémoire et patrimoine: des récits et des affordances du patrimoine. **Educar em Revista**, n. 58, p. 21-36, 11 out. 2015

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose. **Subsídios para o planejamento de acessibilidade aos espaços urbanos**. In: ANAIS DO II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, PUC-Minas, Belo Horizonte, 2001. COISAS DO JAPÃO. Seiichi Miyake melhorou a acessibilidade ao inventar o piso tátil. Disponível em: <https://coisasdojapao.com/2019/05/seiichi-miyaki-melhorou-a-acessibilidade-ao-inventar-o-piso-tatil/>. Acesso em: 04 jul. de 2022

COUTINHO, L; FERRAZ, J.C **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. 4. ed. Campinas: Papirus Editora, 2002

DICIONÁRIO DE EXPRESSÕES DA MEMÓRIA SOCIAL, DOS BENS CULTURAIS E DA CIBERCULTURA. Zilá Bernd, Patrícia Kayser Mangan. 2 ed. Canoas, RS. Editora Unilasalle. 2017, 323p.

DISCHINGER, M. BINS ELY, V. H. M.; MACHADO, R. **Desenho Universal nas Escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis**. Florianópolis: Grupo PET /Arq/ SESu/ UFSC, 2004.

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; BORGES, Monna Michelle Faleiros da Cunha. **Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2009.

DRAGO, N. D.; PARAIZO, R. C. **Estética, ideologia e arquitetura nas escolas**. 1999.

ERMEL, Tatiane de Freitas. A escola primária no Rio Grande do Sul através das fotografias: espaços, sujeitos e cultura material (1924). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 331-359, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1984723819402018331/pdf/42095>. Acesso em: 20 out. 2021

ERMEL, Tatiane de Freitas. **Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928)**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2017.

ESTÚDIO SARASÁ. Zeladoria do patrimônio histórico cultural. 2012. Disponível em: <https://estudiosarasa.com.br/portfolio/zeladoria-do-patrimonio-historico-cultural>
Acesso em: 18 out 2021

EVY ALBINO BENCOSTTA, M.; BRAGA, M. F. História e arquitetura escolar: a

experiência dos regulamentos franceses e brasileiros para os edifícios escolares (1880-1910). **Revista Linhas**, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 51 - 72, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2275>. Acesso em: 15 set. 2021.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 16 nov. 2021.

MODESTI, Tatiane. Patrimônio escolar, memória e identidade. **Pensar a educação em pauta**: um jornal para educação brasileira. 2017. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/patrimonio-escolar-memoria-e-identidade/> Acesso em: 14 set. 2021

OLIVEIRA, A. S. D. A. de. **Acessibilidade espacial em centro cultural**: estudo de casos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PARMAGNANI, Jacob José. **Irmão Júlio**: religioso-educador lassalista: organizador do Pão dos Pobres. Tipografia Santo Antônio. Porto Alegre, 1980.

PEREIRA, Willian. Acessibilidade: Entender a aplicabilidade da lei de acessibilidade e os consequentes desafios para o ambiente escolar. **Direcional escolas**: a revista do gestor escolar. 2016. Disponível em: <https://direcionalescolas.com.br/acessibilidade-entender-aplicabilidade-da-lei-de-acessibilidade-e-os-consequentes-desafios-para-o-ambiente-escolar/>. Acesso em: 08 nov. 2021

PINTO, A. C. A. **Hotel universal**: diretrizes projetuais e de acessibilidade. Florianópolis, 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. **Plano Diretor Urbano e Ambiental de Canoas** - PDUA. Leis Municipais. Canoas, 2015. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-canoas-rs>. Acesso em mai. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre** - PDDUA. Leis Municipais. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-porto-alegre-rs>. Acesso em mai. 2022.

PRETTO, Ana Lúcia. **A construção da memória através da preservação do patrimônio edificado**: a possibilidade do direito moral de autor como instrumento acessório de proteção patrimonial. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) - Centro Universitário La Salle, Canoas, 2011Disponível em: <http://repositorio.unilasalle.edu.br/handle/11690/1430> Acesso em: 14 set. 2021

SEEMANN, Jörn. O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da casa da geografia**, Sobral, v. 4/5, p. 43-53, 2002/2003. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/77/74>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SILVA, Daniel Neves. Populismo. **Mundo educação**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/politica/populismo.htm>. Acesso em: 19 jun. 2022

WOOD JR, T; CALDAS, M. P. Empresas Brasileiras e o Desafio da Competitividade. **RAE**: Revista Brasileira de Administração Pública, v. 42, p. 969-991, 2008.

GLOSSÁRIO

Acessibilidade – Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Ambiência – É o espaço organizado e animado que constitui um meio físico e, ao mesmo tempo, meio estético e psicológico, preparado especialmente para as atividades que se destina.

Coluna – A coluna é um elemento arquitetônico destinado a receber cargas estruturais verticais e também como um elemento decorativo em um projeto de arquitetura.

Estilo Arte Déco – O estilo art déco iniciou em 1910 e teve seu apogeu nas décadas de 1920 e 1930 na Europa, influenciando, além da arquitetura, o cinema, moda, design de interiores, design gráfico, escultura, pintura, entre outras vertentes artísticas

Estilo Eclético – O estilo eclético surgiu a partir de um movimento europeu que ocorreu no final do século XVIII, se sobrepondo ao estilo barroco e rococó, e era reconhecido pela classe dominante da época como representação de poder e influência.

Estilo Neoclássico – O estilo neoclássico surgiu em meados do século XVIII, que teve larga influência na arte e cultura de todo o ocidente até meados do século XIX. Trouxe um renovado interesse pela cultura da antiguidade clássica, advogando os princípios da moderação, equilíbrio e idealismo e uma representação forte de poder e austeridade.

Fachada – É o lado principal (Fachada Principal) do exterior de um edifício. Cada uma corresponde a um dos lados do exterior de um edifício.

Frontões – É um conjunto arquitetônico usado para decorar o topo da fachada principal de um edifício, fornecendo um ponto central, normalmente com o objetivo de trazer grandiosidade e imponência.

Inventário – no caso do patrimônio cultural, é um instrumento que busca identificar as diversas manifestações culturais, material ou imaterial, com objetivo de compor um banco de dados para valorização e salvaguarda destes bens.

Ornato – O ornato ou ornamento é um elemento decorativo, seja em arquitetura ou design. Pode ser um elemento secundário em uma composição ou ter significado próprio.

Patrimônio – É um conjunto de bens, herança. O patrimônio histórico é composto por todos os bens materiais ou naturais que foram construídos ou preservados através dos tempos, juntamente com a cultura e a identidade.

Podotátil – Piso ou revestimento que tem uma superfície, cuja rugosidade, relevo, pode ser sentida pelos pés.

Registro – É um instrumento legal de preservação aos bens de natureza imaterial,

para reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial.

Tombamento - É um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados, a fim de preservar a memória coletiva.

APÊNDICE A– Entrevista com gestores da Universidade La Salle - Unilasalle - Canoas

As presentes entrevistas são parte integrante da pesquisa e objetiva coletar informações sobre a implantação do projeto de acessibilidade na universidade, relacionada a atender a legislação vigente e mais que isto, ao valor agregado com relação à inclusão para a comunidade acadêmica.

APÊNDICE A - Segue “relato” da entrevista realizada com o Ir. Cledes Antônio Casagrande, Vice Reitor e Pró Reitor Acadêmico da Universidade La Salle,

“Obrigado, Maria Luiza, pelo convite, o carinho é recíproco aqui, nos conhecemos há bastante tempo e acho que tens um bom projeto pela frente e sei que também a pesquisa tem uma razão de ser das tuas opções pessoais, dos teus gostos pessoais e acho isto bem legal. Bom, em relação às questões de acessibilidade, me parece que tem duas questões que eu poderia dizer enquanto Pró Reitoria, enquanto Pró reitoria Acadêmica. A primeira delas é atender aquilo que reza a legislação, e a legislação tu conheces tão bem, porque tu ajudou todo o processo para fazermos o processo da universidade, prá se tornar universidade, de adaptar o campus, um processo que ele segue, ele não está parado, anda, porque onde mexe, e aí eu acho que vem outro processo, que eu quero comentar também, que é o dos Bombeiros, do PPCI, porque onde mexe em uma estrutura, automaticamente tu tens que pensar já nas questões de acessibilidade. Primeiro é isto, né? Acho que o primeiro elemento é exatamente a questão da legislação, de atender, de colocar, de colocar toda, toda a universidade, tornar ela acessível na medida do possível e na medida da necessidade também. Então claro, tem espaços que não tem como, mas eu acho que foi feito todo um trabalho, acho que um trabalho físico muito bonito ali, de organização do campus, de marcações, de trilhas para seguir, de adaptações de banheiros, de adaptações em todos os andares, adaptações de espaços, eu acho que isto é o primeiro elemento. E o segundo elemento, eu acho, acho em relação a este tem, é exatamente a função social da própria universidade, que vai além, Maria Luiza, muito além daquilo que está legislado, porque eu acredito assim, que oferecer, oferecer as ferramentas, adaptar a Instituição, é a parte simples, embora de complexidade, como tu mesmo mencionou antes, a complexidade de fazer isto em prédios que são históricos, aí tem algumas coisas que eu às vezes tenho que me segurar, porque não são muito adequadas as propostas apresentadas. Mas eu quero voltar na nossa questão, assim, da questão

social, daquilo que a universidade representa, e dar exemplo. Este ano na formatura, e felizmente nós voltamos com as formaturas, as formaturas presenciais ali no ParkShopping. Eu estava com dois alunos, tava formando eu acho que foi em Processos Gerenciais, acho que foi em Processos gerenciais, teria que ver bem ali, mas dois alunos graduandos, que eram surdos, veja que legal isto. Isto que eu quero dizer, tava uma formatura, formatura presencial, formatura bonita, lindíssima, e estes dois alunos eram surdos, e atrás de mim estava a Gabriela, no momento de colocar o barrete, da imposição do barrete, uma cerimônia que tu conhece bem, ela tava traduzindo, porque ali não estava chegando a tradução da profissional que ficava na frente deles, e ela não podia se deslocar, porque tava traduzindo para um que ficava, então para cada um que vinha, nós colocamos a Gabriela. Veio exatamente treinar o concedo-lhe o título de tecnólogo em Processos gerenciais, eu acho que era isto, né? Exatamente prá, então eu acho que aqui tem um elemento importante, que em termos de inclusão e de acessibilidade, que vai além, como eu dizia, que vai além daquelas questões que são de mera estrutura, que é uma questão de sensibilidade, de proporcionar acesso à materiais, de proporcionar por exemplo, e isto é histórico dentro da universidade, de proporcionar um grupo de tradutores de Libras, por exemplo, prá aqueles que são surdos, de ter materiais traduzidos pro Braille, senão me engano, que é a tradução exatamente pros cegos, né, então, acho que isto, acho que isto, a universidade criou há bastante tempo e manteve bem legal, e agora ao mesmo tempo pro EAD, também fazendo a tradução destes e das aulas, fazendo estas legendas, claro, daí, tem um trabalho todo maior, mas temos profissionais contratados, lá dentro do próprio EAD, que foram transferidos deste setor do NAE pro EAD, exatamente prá ajudar a fazer esta tradução toda destes materiais, prá esta questão de inclusão. Então me parece que tem uma questão que é da legislação, como eu dizia, Maria Luiza, mas tem outra que eu acho que é da nossa função social, do nosso carisma, da necessidade de nós incluirmos estas pessoas, não porque, não porque, seja uma questão de bondade, não, esta parte não, eu acho que é uma responsabilidade da nossa parte, nós somos responsáveis por essa inclusão deste pessoal, e ao mesmo tempo, eu acho também, cumprir a nossa função social com os nossos próprios funcionários, né? Acho que nós temos uma cota grande de, de pessoas de inclusão dentro do campus, acho que dá este espaço mais equilibrado, mais adaptado de trabalho também, é algo, é algo bem importante. Eu acho que também um outro tema assim que tem gerado, assim, alguma dificuldade, é exatamente, talvez não nesta

questão da inclusão, mas tem uma relação com a inclusão, que é exatamente o trabalho com este patrimônio, mais histórico da instituição, né? E aí vem a necessidade de um PPCI, e que manda colocar uma escada no meio de um prédio. Tudo isto depende então. Não se trata simplesmente de atender uma legislação de olhos fechados, senão nós poderíamos estragar, por exemplo, uma fachada dum prédio histórico, como é o prédio ali da Capela, ou mesmo o prédio ali da sala dos professores, o prédio 5, que é o prédio mais antigo, onde por acaso, está a Pró Reitoria, né? É o prédio mais antigo. Então às vezes o pessoal, assim, não tem esta noção de, de patrimônio e de história, que é super importante. Então nós temos alguns prédios que precisam deste olhar diferenciado pelo impacto tanto prá atender a questão da acessibilidade, por exemplo, agora, eu sei que dentro do Prédio 5, ali nós precisamos abrir outra porta, porque a porta que tem lá, ela não é acessível. Então, bom, vamos fazer onde, olhar uma janela, resolver aqui, tirar a porta, que é uma porta mais tradicional, realocar ela para o outro lado? Então eu acho que é um pouco isto, né? Porque não dá prá simplesmente tirar uma porta de cem anos e jogar fora, né? Deus o livre! Então acho que estas coisas, né? Mas só prá dizer que junto e com a questão da acessibilidade, também tem uma questão de PPCI, e ao mesmo tempo, o que tem que pensar junto, ao mesmo tempo, de um patrimônio histórico, poderíamos dizer assim destes prédios que são mais antigos, não que os prédios novos não sejam patrimônio, não sejam bonitos, não, acho que, pelo contrário, só que eles já nasceram com outro design, já nasceram com outra proposta, já mais adaptados. Por exemplo, agora, existe toda uma discussão para ter uma escada. Precisa uma escada, exatamente ligando o terceiro piso do Salão Bordô com o térreo. Ali passando por aquele espaço, que é o espaço que já é um impacto, aquele espaço ali do mezanino que tem, e já é um impacto, porque aquilo não é original do prédio, ele já foi construído, mas que acabou ficando bem no prédio. Então como desenhar uma escada neste espaço saindo lá do Unidiomas, do Bordô, e descendo pela frente e passando por este espaço aí, ao mesmo tempo que dê acessibilidade a este espaço, acesso a este espaço, que é um espaço meio isolado, que dê acesso a este espaço e que ao mesmo tempo não descaracterize o conjunto arquitetônico. Então, este é um problema, que não pode colocar qualquer coisa, acho que isto é o mais interessante, e tanto é, Luiza, que nas avaliações, pelo menos os avaliadores que temos recebido, nós temos recebido em termos de estrutura nota 5, não tem problema nenhum ali, com a questão de acessibilidade. Porque também se entende que tem um patrimônio, que é

patrimônio histórico, e que bom, que com o tempo foi sendo construído umas escadas a mais, a menos, acessos...mas eu acho que o principal de atendimento, e aí voltando ao foco, aí, aquilo que é atendimento ao estudante, isto está muito bem demarcado, muito bem delimitado, então acho que todo o atendimento pros nossos estudantes, seja ele em termos físicos, seja ele em termos de estrutura, de pessoas, eu acho que a universidade tem dado conta disto e muito bem. Eu acho que o aluno pode chegar na Instituição de maneira adaptada, pode entrar, se locomover, ter acesso ao atendimento acadêmico, financeiro, acesso às salas de aula, aos laboratórios, a espaços de estudo, biblioteca com esta liberdade e que é uma questão de dignidade também. Dignidade e segurança. Tem tudo isto! Claro, e aí, vamos ter espaços, que são espaços internos, mas eu acho que são espaços, que não vai entrar público externo, que não tem toda a acessibilidade, então, mas eu acho que aí são poucos estes espaços, bem restritos, eu diria, dentro da universidade. Precisa balancear, né Luiza, esta questão do que é necessidade, do que é legislação, para os nossos estudantes de mobilidade, mas também do que é deste olhar, um olhar zeloso, histórico, em relação ao nosso patrimônio histórico que temos. Isto é uma coisa que nós temos nos debatido bastante com os projetos que tem chegado. E, acho que, a necessidade de atender a legislação, mas não só pela legislação, mas também entendê-la, entender as necessidades dos nossos estudantes e ao mesmo tempo aquilo que corresponde ao nosso próprio patrimônio histórico, patrimônio, aquilo que tá dentro da Instituição, da conservação”.

**APENDICE B – Segue entrevista da Sra. Tatiane Carvalho Bregão,
coordenadora do NAE, núcleo de atendimento ao acadêmico**

“Então, o NAE é o setor que recebe as demandas, então, dos alunos, dos candidatos, desde o primeiro contato deles com a Universidade. Então, quando a pessoa se autodeclara, ele se autodeclarar como uma pessoa PCD, com alguma deficiência, tão logo o NAE já é o setor que faz a interlocução, esse atendimento para ver a necessidade que essa pessoa tem, né, no quesito de inclusão ou de acessibilidade. Então neste contato a gente já tenta entender quais as necessidades, né? Então o piso tátil, assim como as rampas, assim como o leitor de Braille, né, eles são importantíssimos prá que este aluno, este sujeito que está chegando na Universidade, ele consiga de fato, ter acessibilidade no campus, né, prá ter a sua locomoção e a sua independência no campus da Instituição. Assim como, a gente também valoriza muito a questão da singularidade de cada pessoa, então cada pessoa, vai dizer, bom, ele pode ser um cadeirante, mas não só um cadeirante, ele pode ter algum tipo de necessidade prá acesso, né, daí então a gente precisa entender estas necessidades. Ele pode ser um deficiente visual, que ele precise se deslocar, e o piso tátil vai fazer toda a diferença prá independência e prá autonomia dele dentro do campus. Então a gente precisa fazer este contato prá ter este entendimento de qual que é a necessidade. E termos dentro da universidade hoje, uma universidade que, tem toda a questão de segurança e de acessibilidade, faz toda a diferença, inclusive é um diferencial prá escolha deste candidato, deste futuro aluno aqui dentro. Porque vai chegar aqui, e sabe que ao descer do trem ele vai ter o piso tátil desde a primeira quadra que ele atravessa até chegar a porta da universidade, até chegar às salas de aula, as rampas, aos elevadores, aos setores de atendimento, ele vai conseguir se locomover com independência e autonomia, e mesmo que ele precise de algum auxílio os colaboradores estão aptos a direcioná-lo, pros espaços corretos, assim como o deficiente visual, assim como um cadeirante, ou o aluno com qualquer tipo de deficiência física vai conseguir se locomover aqui dentro, porque a Instituição tem e preza muito pela questão da inclusão e da acessibilidade dentro do Campus.”